

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS**

ANDRÉIA SAVOLDI

**A AGROINDÚSTRIA DE PEQUENO PORTE COMO FORMA DE REPRODUÇÃO
SOCIAL E ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE DO
PARANÁ**

**PONTA GROSSA
2010**

ANDRÉIA SAVOLDI

**A AGROINDÚSTRIA DE PEQUENO PORTE COMO FORMA DE REPRODUÇÃO
SOCIAL E ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE DO
PARANÁ**

Dissertação apresentada para obtenção
do Título de Mestre na Universidade
Estadual de Ponta Grossa, Programa de
Pós-graduação em Geografia, Mestrado
em Gestão do Território.

Orientador:

**Profº Dr. Luiz Alexandre Gonçalves
Cunha**

**PONTA GROSSA
2010**

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

S268a Savoldi, Andréia
A agroindústria de pequeno porte como forma de reprodução social e econômica da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná / Andréia Savoldi. Ponta Grossa, 2010.
69f.
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Gestão do Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

1. Agricultura familiar. 2. Pequena agroindústria.
3. Desenvolvimento rural. I. Cunha, Luiz Alexandre Gonçalves. II. T.

CDD: 330.981

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRÉIA SAVOLDI

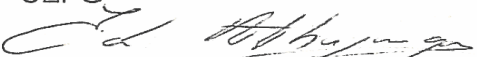
A AGROINDÚSTRIA DE PEQUENO PORTE COMO FORMA DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE DO PARANÁ

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
UEPG


Prof. Dr. Nicolas Floriani
UEPG


Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque
UEPG

Ponta Grossa, 07 de julho de 2010

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, pela orientação, apoio e confiança.

À minha família pelo incentivo, em especial a minha mãe Leda Beatriz Savoldi a qual, na minha ausência, cuidou da minha filha Beatriz para que eu pudesse concluir mais esta etapa em minha vida.

Ao meu esposo Edvar Piran que me apoiou e incentivou durante todo o processo do curso do mestrado.

Aos meus colegas de curso, Douglas e Maria Rosmeri, pela amizade e cumplicidade.

À colega Elaine, que me auxiliou na adequação das normas de digitação do trabalho.

Aos colegas, alunos e direção do Colégio Estadual Léo Flach que vivenciaram comigo todo o processo de ingresso e conclusão do curso de mestrado em Gestão do Território.

Agradeço, principalmente, a Deus por permitir que eu realizasse mais esse sonho.

RESUMO

Esta pesquisa aborda a questão da agricultura familiar na região do Sudoeste do Paraná e suas agroindústrias como sendo uma forma de reprodução social e econômica, garantindo a permanência e subsistência dessas famílias no campo. Um breve histórico sobre a ocupação das terras do Sudoeste do Paraná foi realizado, para observar toda a trajetória da presença marcante da agricultura familiar na região. Para que se compreenda o processo de implantação e agregação de valores aos produtos de uma agroindústria é necessário verificar os recursos que os agricultores familiares disponibilizam. Sendo assim, foi realizada uma análise sobre as políticas públicas que incentivam financeiramente os pequenos agricultores, como o Pronaf. A Emater de Francisco Beltrão forneceu dados sobre as agroindústrias da região Sudoeste do Paraná, permitindo assim que se fizesse uma análise socioeconômica, observando as características e o perfil destas agroindústrias e a sua contribuição com o desenvolvimento da mesorregião. A agroindústria rural de pequeno porte é apontada como uma das alternativas para a reversão das consequências sociais desfavoráveis no meio rural. Tendo no espaço rural não mais apenas atividades exclusivamente agrícolas, mas pluriatividade, impulsionando direta ou indiretamente a pequena agroindústria, gerando novos postos de trabalho e renda aos agricultores, promovendo a sua inclusão social e econômica.

Palavras chave: Agricultura familiar, pequena agroindústria, desenvolvimento rural.

ABSTRACT

This research will board the question of Family Agriculture in the Southwest region of Paraná, such as their Agro-industries as being a form of social and economical reproduction, guarantying the permanence and livelihood in the rural families. A brief historical about the occupation of the lands of the Southwest of Paraná was achieved, so that could thus to perceive the entire trajectory of the strong presence of Family Agriculture in the region. To understand the process of implantation and add values to the products of an Agro-industry is necessary to verify the recourses that provide family farmers disposable, being thus was achieved an analysis about the Public Politics that incentive small farmers financially such as PRONAF, THE EMATER of Francisco Beltrão, provided information about the Agro-industries in the Southwestern region of Paraná, allowing in this way that was made a social – economical analysis, observing the characteristics and the profile these Agro-industry of small port is pointed as an alternative to the reversion of the adverse social consequences in the middle rural areas. Having in the rural area not more just exclusively agricultural activities, but the multi-activity, impulsing directly or indirectly the small agro-industry, generating new post' work and income for the farmers, providing their social and economic inclusion.

Keywords: Family Agriculture - Agro-industry – Regional development

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa Localização da mesorregião sudoeste paranaense.....	38
Figura 2 – Diversidade de produtos.....	64
Figura 3 – Mini queijaria: queijo orgânico.....	65
Figura 4 – Mini laticínio: envase leite pasteurizado.....	66
Figura 5 – Agroindústria da Cana-de-Açúcar: açúcar mascavo e derivados.....	67
Figura 6 – Embutidos e defumados de suínos.....	67
Figura 7 – Laticínios.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Mão-de-obra feminina e masculina.....	46
Gráfico 2 – Característica do empreendimento.....	47
Gráfico 3 – Grau de prioridade da atividade.....	47
Gráfico 4 – Procedência da matéria prima.....	48
Gráfico 5 – Registro no serviço de inspeção para produtos de origem animal.....	49
Gráfico 6 – Abrangência da comercialização.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação dos Municípios que compõem o Sudoeste do Paraná	39
Tabela 2 - Relação de Agroindústrias	42
Tabela 3 - População rural do Brasil, regiões e estados do Paraná em 1996 e 2007.	52
Tabela 4 - População total e rural no Sudoeste do Paraná em 1996 e 2007	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - A AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE.....	13
1.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	18
1.2 AGRICULTURA FAMILIAR E REVALORIZAÇÃO.....	20
CAPÍTULO 2 - PROCESSO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DA OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ.....	28
2.1 A OCUPAÇÃO DO SUDOESTE.....	29
2.2 CONQUISTA DA GLEBA MISSÕES PELA CITLA.....	30
2.3 UNIÃO E RESISTÊNCIA.....	33
2.4 LEGALIZAÇÃO: O GETSOP.....	36
CAPÍTULO 3 - AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NA REGIÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ.....	40
3.1 CARACTERIZAÇÃO E PERFIL DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DO SUDOESTE DO PARANÁ.....	42
3.2 COMPARAÇÕES E ANÁLISES DE DADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E POPULAÇÃO RURAL EM NÍVEL DE BRASIL, PARANÁ E SUDOESTE DO PARANÁ NA ÚLTIMA DÉCADA (1996-2007).....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	58
ANEXOS.....	63

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa foi abordada a questão da Agricultura Familiar e das pequenas agroindústrias na região do Sudoeste do Paraná. Sendo assim uma forma de reprodução social e econômica para as famílias que vivem no meio rural da região.

A necessidade da pesquisa teve origem pela marcante presença da agricultura familiar neste território, portanto, uma abordagem do processo histórico-geográfico também foi realizada para compreender essa característica. Podemos dizer que ainda existe uma carência de estudos científicos nesta área da agricultura familiar, pequenas agroindústrias e desenvolvimento regional no sudoeste paranaense, pois através destas pesquisas conseguimos identificar, analisar e se possível apontar soluções que possam ser aplicadas no meio rural, contribuindo assim com o processo de desenvolvimento territorial.

Outra peculiaridade benéfica ao desenvolvimento é a identidade, fortalecida a partir dessa capacidade de organização, que facilita articulações voltadas ao território, tanto favoráveis a futuros empreendimentos, quanto em reforço a práticas já existentes. Essas condições reforçam um papel político que, de certa forma, tem na agricultura familiar uma importante interlocução.

Devemos citar que o trabalho contemplou de forma breve o importante papel que as políticas públicas exercem como forma de apoio financeiro aos pequenos agricultores. Foram citadas especificamente as associações e cooperativas que fazem parte do sudoeste paranaense.

Os dados utilizados foram fornecidos pela Emater Regional de Francisco Beltrão e do Censo Agropecuário de 1996/2006. Os dados que foram utilizados para verificar o perfil das agroindústrias do Sudoeste do Paraná foram obtidos através de um questionário socioeconômico aplicado pelo extencionista da Emater/Francisco Beltrão, no período de maio à agosto de 2006 em 127 agroindústrias na microrregião de Francisco Beltrão. Em seguida esses dados foram analisados e organizados para estudos pelas seguintes profissionais pesquisadores: João Marchi (Engenheiro Agrônomo), Nágila Lavoratti (Formanda em Agronomia pela UTFPR-PATO BRANCO), José Antonio Zarth Soares (Engenheiro Agrônomo) e Wilson Itamar

Godoy (engenheiro Agrônomo). Os resultados desta pesquisa foram reutilizados como fonte para a verificação do perfil das que compõem as agroindústrias familiares do Sudoeste Paranaense, pois os dados ainda são considerados atuais para essa pesquisa de campo como esta seria possível devido ao tempo necessário para a mesma.

A pesquisa se organizou em 3 capítulos, sendo que o 1º capítulo contemplou a questão da agricultura familiar de uma forma geral, subdividindo no item 1.1 a especificidade da agricultura familiar o âmbito de Brasil. Neste mesmo capítulo no item 1.2 um breve apanhado sobre a revalorização da agricultura familiar foi realizado, com ênfase nas políticas públicas, sendo citado o processo de criação do Pronaf como forma de incentivo á agricultura familiar. Já no capítulo 2, foi relatado todo o processo histórico-geográfico da região Sudoeste do Paraná, uma vez que o processo de ocupação das terras tem ligação direta com a caracterização da região pela agricultura familiar. E no capítulo 3, podemos analisar a questão das agroindústrias familiares presentes na região.

Através desta estrutura foi possível desenvolver a pesquisa, ressaltando nas agroindústrias uma forma do agricultor permanecer e mudar a sua realidade no meio rural, servindo como alternativa para o desenvolvimento territorial da região Sudoeste do Paraná.

Com o processo gradual da pesquisa, percebemos que a geografia exerce um papel fundamental nesse processo aqui estudado. Podemos até mencionar Milton Santos quando ele fala em “lugar”, aqui no Sudoeste a organização dos grupos de pessoas, sob a forma de cooperativas ou associações, serviu para o fortalecimento da categoria dos “agricultores familiares” da região. A proximidade de lugares, vizinhanças ocupadas pelas famílias no campo, fizeram com que se criassem sistemas de organizações nesse sentido.

Observando os dados do censo agropecuário de 2006, podemos analisar particularmente a questão da Agricultura Familiar, pela primeira vez o censo agropecuário especificou a questão da Agricultura Familiar, relevando a sua importância para o desenvolvimento do país.

A abordagem realizada sob a questão da “pluriatividade” no campo, embora sucinta nesta pesquisa, demonstra certa preocupação com a qualidade de vida do pequeno agricultor; pois, analisando amplamente a pluriatividade verificamos que a

dupla jornada de trabalho poderá vir a ocorrer, não sendo um bom negócio para o agricultor, sobrecarregando-o, e assim, não trazendo os benefícios idealizados.

Enfim, é com base nestes itens aqui mencionados que esta pesquisa foi desenvolvida, a fim de contribuir com a geografia agrária e com as demais ciências afins.

CAPÍTULO 1

A AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE

A trajetória ainda curta em termos temporais do conceito de agricultura familiar é extensa em bibliografia expressando o intenso debate sobre as características empíricas e o estudo teórico dessa nova categoria de análise.

A agricultura familiar é uma categoria social vinculada a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho, estão intimamente ligados à família. A agricultura familiar é uma depositária de uma cultura cuja reprodução é necessária para dinamização técnico econômica, ambiental e social do meio rural (LAMARCH,1993; WANDERLEY, 2000).

Os agricultores familiares não constituem um grupo social homogêneo. Não correspondem, portanto, a uma classe social, mas incluem uma diversidade social produzida pelas diferentes condições de produção que estão submetidos, tais como: tamanho da propriedade, grau de emprego de técnicas agrícolas, acesso á créditos: capital cultural (valores, saberes, tradição) e social (número dos filhos, rede de relações sociais, disponível relação com o mercado (LAMARCHE, 1993), a agricultura familiar não é sinônimo de trabalho familiar.

O caráter familiar de produção não pode ser reduzido à utilização de mão-de-obra familiar. O recurso à contradição do trabalho assalariado externo e o assalariamento de membros da unidade familiar fora do estabelecimento não são suficientes para afirmarmos a decomposição do caráter familiar da unidade de produção. A total separação entre família e unidade de produção ocorreria quando as contradições entre o individual e o coletivo resultassem na preponderância do primeiro sobre o segundo, ou seja, quando fosse rompido o comprometimento do indivíduo com os interesses da propriedade e da exploração econômica que nela se realiza levando a fragmentação da propriedade e a extinção dos laços valor ativos (valor família) que identificam a família à propriedade, quando a terra passaria a ter valor somente como mercadoria.

Segundo Abramovay (1997), em termos conceituais, para ser mantido o caráter familiar da produção exige-se a presença de, ao menos, um membro da família que combine as atividades de administrador da produção e de trabalhador.

O trabalho extra-agrícola executado por um ou vários membros da unidade

familiar pode desempenhar diferentes funções de acordo com a lógica da dinâmica de reprodução social da unidade familiar. A renda dele obtida tanto pode servir como complemento que reforça e garante a reprodução da exploração agrícola como pode indicar uma estratégia de secundarização da atividade agrícola na reprodução social.

A compreensão da situação da unidade de produção familiar não pode ficar restrita à dinâmica produtividade, rentabilidade, competitividade. O significado dos próprios fatores econômicos pode ser dado por outras esferas do social já que a produção não ocorre em um vazio social, nem se resume a uma atividade isolada.

A definição conceitual de agricultura familiar não determina limites máximos de área para as propriedades. Na prática, é o nível de desenvolvimento tecnológico e os sistemas de produção adotados que limitam a extensão da área que pode ser explorada com base no trabalho familiar. Os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação à disponibilidade de recursos e à capacitação de geração de renda e riqueza, diferenciam-se também em relação às potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos e de capacitação.

Segundo Lamarche (1994, p.19),

Os agricultores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que tem para o futuro. Suas chances de atingir o modelo ideal, ou simplesmente de se aproximar dele, dependerão da complementaridade de seu projeto junto ao que a sociedade elaborou para eles.

O universo diferenciado de agricultores familiares é composto por grupos com interesses particulares e estratégias próprias de sobrevivência e de produção que reagem de maneira diferenciada a desafios, oportunidades e restrições semelhantes e que, portanto, demandam tratamento compatível com as diferenças.

Não se pode dizer que os agricultores familiares são grupos homogêneos como forma de produção estável. Uma análise histórico geográfica da trajetória dos agricultores familiares evidencia tanto a reprodução como a desintegração da condição de agricultura familiar.

É comum caracterizar a agricultura familiar como um setor atrasado, do ponto de vista econômico, tecnológico e social, voltado para a produção de produtos alimentares básicos e com uma lógica de produção de subsistência. Essa imagem

estereotipada de agricultura familiar está longe de corresponder à realidade.

Segundo Lamarche (1993, p.24):

A exploração familiar deve ser analisada em seu conjunto, ou seja: tendo em conta diversas entidades que a estruturam. Compreender seu funcionamento significa colocar em evidência as diferentes lógicas em função do qual o agricultor determina suas escolhas fundamentais. Estas lógicas se definem em relação a um determinado número de sistemas.

O universo da agricultura familiar no Brasil é extremamente heterogêneo e inclui desde famílias muito pobres, que detêm, em caráter precário, como um pedaço de terra que dificilmente pode servir de base para uma unidade de produção sustentável, até famílias com dotação de recursos, como terra, capacitação, organização, e conhecimento. Dessa forma, para que a utilização da categoria de agricultura familiar seja útil e desejável para fins de política, é preciso assumir, em profundidade, as consequências da reconhecida diferenciação dos agricultores familiares e tratá-los como de fato o são: diferentes entre si, não redutíveis a uma única categoria simplesmente por utilizarem predominantemente o trabalho familiar.

Nas palavras de Abramovay (1992, p.19):

A agricultura familiar não é um fenômeno tão generalizado que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos existentes, na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais. Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa.

Segundo Martins (2001), a agricultura familiar é uma instituição de reprodução da família, cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola. No entanto, não constitui uma economia reduzida ao agrícola nem limitada ao rural. Os que fazem objeção ao uso da concepção de agricultura familiar têm suas imprecisões. De qualquer modo, a suposição de uma população do campo confinada nos limites do rural vem sendo questionada nas ciências sociais, no Brasil, há mais de meio século, primeiramente pelos antropólogos. Além disso, nela, as estratégias da reprodução não se limitam a reproduzir, isto é, subsistir e permanecer. Elas também dão conta das novas necessidades e dos novos desafios que são continuamente gerados pelas transformações econômicas e sociais.

A agricultura familiar, ao longo do processo histórico, sempre manteve um

lugar no contexto do desenvolvimento econômico dos países por ser supridora de alimentos básicos para o mercado interno.

Do ponto de vista econômico, é cada vez menos importante a visão do rural apenas como espaço de produção de matérias-primas e atividades agrícolas.

Segundo Graziano (1999), o rural vem se caracterizando como um espaço de pluriatividade, ligado ao turismo e ao lazer, à prestação de serviços e principalmente à agroindustrialização.

E a partir desse contexto entramos na questão da pluriatividade dentro da agricultura familiar, ou seja, podemos dizer que a pluriatividade seria a grande saída para os pequenos agricultores. Para isso, devemos verificar algumas citações segundo alguns autores sobre o assunto.

Podemos dizer segundo Schneider (2003, p.74):

Que a pluriatividade é um fenômeno social que passou a se generalizar ainda na década de 1970, correspondente à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores.

Ainda segundo o mesmo autor até meados da década de 1980, os termos part-time farming, pluriactivité eram utilizados quase sempre como sinônimos pelos cientistas sociais, aceitando-se, que a única diferença entre ambos estava relacionada ao fato de que o primeiro termo era de uso corrente entre os analistas de língua inglesa e o segundo era mais ligado a tradição acadêmica francesa.

Através do trabalho de Fuller e Brun (1988), podemos verificar a diferença entre part-time farming e pluriactivité:

Part-time farming: agricultura em tempo-parcial:

[...] o termo 'part-time farming' em seu uso comum, até muito recentemente, tinha mais confundido do que clarificado a questão. O termo confunde a distinção existente entre a unidade produtiva, enquanto uma entidade física (como um espaço) e os ocupantes desta unidade (a família ou a unidade doméstica), os quais decidem gerenciar esta unidade de diferentes maneiras, inclusive combinando as tarefas agrícolas com outras atividades [...] Os termos part-time farm, part-time farmer e part-time farming têm sido utilizados de forma intercambiável, o que contribui para o surgimento de noções errôneas ou pressupostos equivocados associados a este fenômeno. É possível dizer que uma part farm é uma unidade produtiva que oferece, ou qual é alocado, menos do que um ano completo de trabalho. O conceito de part-time farming pode ser utilizado, de forma mais precisa, para definir situações nas quais, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada através do investimento de menos do que um ano completo de trabalho (FULLER; BRUN, 1988, p.150, grifos no original).

Pluriactivité ou pluriactivity: pluriatividade:

[...] o tempo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma da gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não relacionadas à agricultura. A pluriatividade nos permite questionar o pressuposto de que a full-time farming é a norma e, portanto, algo bom, e de que a pluriatividade é um estado temporário ou um mal necessário no desenvolvimento econômico das unidades produtivas, das famílias ou das áreas rurais. A pluriatividade, entretanto, em seu sentido ideal, não é facilmente mensurável através das estatísticas oficiais disponíveis (FULLER; BRUN, 1988, p.150, grifos no original).

Segundo Fuller (p. 367) e também Newlby (1987), o termo pluriatividade tem o mérito de incorporar tanto as características da noção de part-time-farming (unidades nas quais os membros moradores não utilizam todo seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas) como da multiple job holding (unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento).

Por isso, podemos dizer que a pluriatividade, vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como apontar um conjunto de novas atividades no meio rural. Sendo assim, segundo Fuller (p. 367):

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (home-based farming). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências).

No Brasil ainda permanecem muitas dúvidas em relação à pluriatividade e a agricultura familiar. O debate sobre a agricultura familiar é recente e não possui contornos definidos, mas os estudos feitos mostram que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos

quais a estrutura agrária na maioria é composta por explorações, nas quais o trabalho da família assume uma importância decisiva. Essa descoberta foi fundamental não apenas por ter difundido entre os estudiosos brasileiros e a noção de agricultura familiar, mas, sobretudo por ter operado um deslocamento teórico e analítico decisivo na sociologia e na geografia dos estudos rurais e agrários, cujas preocupações até então giravam em torno das decisões do caráter capitalista tradicional ou moderno, das relações sociais predominantes na agricultura.

1.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

No Brasil, a agricultura familiar praticada nas pequenas propriedades surgiu à margem da grande propriedade e nunca teve uma política em seu benefício. A partir da década de 1990, ocorreram de forma significativa mudanças econômicas, sociais e políticas no espaço mundial. No contexto do espaço agrário brasileiro, o reflexo dessas mudanças pode ser constatado no âmbito da agricultura familiar que conquista um lugar importante neste cenário de transformações.

Para compreender o papel da agricultura familiar no contexto do desenvolvimento brasileiro é importante fazer uma breve retrospectiva sobre sua inserção na economia nacional, a partir do século XIX, quando surgiu, de fato, para abastecer os centros urbanos em expansão.

Ao analisar o significado da pequena propriedade (ou pequena exploração), Guimarães (1981) mostra que ela começou a surgir no Brasil após uma série de lutas entre senhores de terras e trabalhadores libertos, moradores agregados, intrusos ou posseiros que aceitaram a trabalhar na piores terras e por fundar nas proximidades dos latifúndios ou distante deles, alguns cultivos de subsistência, casas de farinha, engenhocas e produção de aguardentes. Isto ocorreu até que o sistema escravista começou a desagregar-se e, com ele, o monopólio latifundiário da terra.

A partir do século XIX, desencadeou-se a crise na cafeicultura, a principal atividade econômica do país naquele momento. A alternativa encontrada pelos proprietários foi o retalhamento da propriedade, que beneficiou os antigos imigrantes, isso significou a própria reafirmação das condições em que se processou o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, na medida em que se recolocou a

importância da terra como meio de produção fundamental. O parcelamento gerou o desaparecimento de uma pequena propriedade diferente dos núcleos oficiais de colonização (GRAZIANO, 1978).

Esse parcelamento das terras ocorreu paralelamente ao crescimento dos núcleos urbanos, especialmente Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Campinas para atender as funções comerciais ligados ao café. A questão alimentar desses centros, que já vinha se manifestando desde o período colonial, apareceu nesse momento, com mais intensidade. Era preciso produzir para alimentar o contingente populacional que se instalava nas cidades. A pequena propriedade foi responsável por esse abastecimento, utilizando, basicamente, a mão de obra familiar.

As mudanças ocorridas na economia, a partir da década de 1990, e a globalização dos mercados foram dois fatores que influenciaram de modo significativo o espaço mundial. É nesse momento, também, que se redescobre a agricultura familiar. No final do século XX, a agricultura familiar passou a ocupar espaços mais variados da mídia e à agenda política nacional, e suas demandas são disputadas por diferentes entidades de representação (PINHEIRO, 1999).

Na esfera governamental, a agricultura familiar foi incluída como propriedade na segunda metade da década de 1990, quando foi lançado o PLANAF (Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em agosto de 1995. Inicialmente era apenas uma linha de crédito para custeio. Depois essa linha de crédito, seguindo as reivindicações da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), culminou na criação do PRONAF (Programa Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) em 1996.

O objetivo foi promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares, para propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda. (SOUZA, 1999). Essa conquista para a agricultura familiar é parte das legítimas reivindicações dos trabalhadores rurais para melhorar suas condições de produzir. Assim, após várias décadas, a agricultura familiar passa a ter o reconhecimento no contexto da agricultura brasileira.

A ascensão da agricultura familiar está relacionada às transformações constatadas no espaço rural face à integração campo-cidade, que é cada vez maior. Diante desse quadro de mudanças, emerge a discussão sobre o “novo” mundo rural (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Esse novo mundo rural é um sistema rural dinâmico

e alternativo, pois o agricultor não tem em sua propriedade apenas atividades agrícolas. Ele combina também atividades não agrícolas, diversificando assim suas atividades, não projetando sua rentabilidade em apenas uma forma de produção e sim em alternativas inteligentes que permitam que o agricultor não aposte todas as suas possibilidades somente em uma única alternativa diminuindo assim os riscos de investimento. Essa característica dos países desenvolvidos já é uma realidade dos países subdesenvolvidos. Para explicar essa nova realidade, os estudiosos da questão introduziram nos debates as noções de agricultura em tempo parcial (part time farming) e pluriatividade (pluriactivité).

Essa noção de pluratividade na agricultura seria a diversidade de culturas, e das agroindústrias, a fim de multiplicar as possibilidades de uma propriedade em suas atividades, fazendo com que as chances de sustentabilidade e rentabilidade possibilitem ao agricultor a sua permanência e sobrevivência no campo.

1.2 AGRICULTURA FAMILIAR E REVALORIZAÇÃO

Segundo Prado Junior (2004), a economia brasileira, nos tempos coloniais, fundava-se em três pilares: a grande propriedade, a monocultura e ao trabalho escravo, considerava-se que, essas variáveis se apresentavam interdependentes, devido à necessidade de maximização dos lucros por parte de Portugal.

A agricultura brasileira possui um perfil próprio e peculiar e, que foi constituída desde os tempos do Brasil Colonial, para atender ao mercado externo, tendo como base o plantio de grandes lavouras através do latifúndio, ao contrário dos países europeus que, privilegiaram a agricultura familiar.

Furtado (1986), ao analisar esse momento da história econômica do Brasil, ressalta que, naquela época, os empresários brasileiros detinham o controle de três quartas partes da oferta mundial do café, o que lhes possibilitava administrar os preços e a rentabilidade desse produto no mercado externo, o que favoreceu a política agro-exportadora que se baseava no café, o que lhe atribuía uma alta rentabilidade.

Especificamente, a época do nacional-desenvolvimentismo (1930-1980), constata-se que a agricultura foi relegada a um papel de menor importância no quadro do desenvolvimento brasileiro, até porque se considerava a necessidade de

liberação de mão-de-obra desse setor para formação de exército de reserva necessário ao crescimento industrial.

Nesse período, foram adotadas providências diversas que favoreceram a estruturação da agricultura nacional, como a criação da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil – CREA (1937), que foi a primeira organização brasileira de financiamento de longo prazo de atividades rurais no Brasil e a Comissão de Financiamento da Produção – CFP (1943).

Outra medida importante foi a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR em 1966, cujo objetivo era fortalecer economicamente e principalmente os pequenos e médios produtores rurais, com práticas de juros subsidiados. Pretendia-se, assim, incentivar a produção agrícola, proteger os pequenos produtores rurais e promover a modernização da agricultura.

De acordo com Sayad (1984), a maior parcela de saldos de créditos rural foi destinada aos grandes produtores rurais e se destaca que, em 1971, apenas 31% do total dos créditos fornecido pelo Banco do Brasil destinava-se aos pequenos produtores (empréstimos menores do que 100 salários mínimos), o que configurava que a proteção e incentivo aos pequenos e médios produtores rurais não estava sendo atingido.

O crédito rural, portanto, foi apropriado pelos grandes produtores, que aplicaram esses recursos em produtos e cultivos mais rentáveis e destinados para exportação, como a soja. Não foi possível aos pequenos produtores se beneficiarem da expressão do crédito rural e dos benefícios decorrentes da apropriação dos recursos técnicos e financeiros dele decorrentes.

Sayad (1984) aponta, ainda, que a expansão desenfreada e abusiva de insumos químicos, defensivos e fertilizantes, envolveu o processo de modernização agrícola implementada pelo Estado, a partir de 1965, causando desperdício e degradação ambiental, em função do financiamento de outros itens como custeio agrícola, aquisição de sementes melhoradas, especialmente para pequenos e médios produtores rurais.

O financiamento de fertilizantes, produtos químicos e tratores agrícolas e difusão de novas técnicas agrícolas, constava dos programas de apoio difundidos, naquela época, como forma de viabilizar o aumento da produtividade na agricultura brasileira.

Nesse particular, Abramovay (1991) pontua que essa proposta que ficou

conhecida como “Revolução Verde” foi a mais sistemática tentativa de se resolver o problema da fome nos países pobres através dos recursos e de meios técnicos avançados; isto é, pela elevação da produção e, sobretudo, da produtividade agrícola, mas que, ao mesmo tempo, foi um dos maiores problemas sociais de nosso tempo.

Nessa perspectiva, entende-se que o uso intensivo de fertilizantes e de produtos químicos comprometeu o uso de terras, ampliando os efeitos ambientais, como: perda de biodiversidade, dependência excessiva de combustíveis fósseis, erosão do solo e poluição causada pelo uso de fertilizantes, pesticidas e herbicidas.

A partir de 1980, em face da instabilidade institucional e política que atravessou a sociedade brasileira, foram implementados planos de curto prazo, como forma de propiciar a geração de recursos financeiros para pagamento da dívida externa, quando foi priorizado, mais uma vez, financiamento de culturas para exportação, desprivilegiando o pequeno proprietário e ampliando o nível de pobreza rural.

Nesse contexto, as políticas agrícolas vigentes no país, até então, não consideravam o financiamento para o pequeno produtor, não sendo observadas as suas peculiaridades são próprias, como também a heterogeneidade desse segmento, visto que, até meados de 1990, o pequeno produtor tinha que se submeter aos mesmos trâmites processuais devidos ao médio e grande produtor que, somente em 1994, por pressão do movimento sindical, foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção – PROVAP, no governo de Itamar Franco.

Posteriormente, em 1996, foi instituído o Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF. A formalização desse programa representou o reconhecimento do Estado de uma categoria social, os agricultores familiares, que se encontravam, por aquela época, a margem da política pública agrícola.

Com a criação do PRONAF, atendeu-se a uma antiga reivindicação dos trabalhadores rurais, que era a necessidade da formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o segmento numericamente mais importante, porém o mais fragilizado da agricultura brasileira, tanto em termos de capacidade técnica, como de inserção nos mercados agropecuários.

Neste sentido, é preciso destacar que o movimento sindical, através de suas organizações e de suas lutas dos últimos períodos, desempenhou um papel decisivo na implantação desse programa, o qual também favoreceu o atendimento de uma

outra bandeira histórica dos trabalhadores rurais: o acesso, por parte dos agricultores familiares, aos diversos serviços ofertados pelo sistema financeiro nacional.

Embora ainda bastante restrito, o PRONAF vem se transformando, rapidamente, em uma alternativa concreta para amplos segmentos da produção familiar brasileira. De um modo geral, pode-se dizer que até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política especial para o segmento da agricultura familiar, sendo esta atividade; inclusive, uma definição conceitual bastante imprecisa, uma vez que a mesma era tratada de distintas formas (pequena produção, produção familiar, produção de subsistência entre outros).

Porém, institucionalmente houve uma série de modificações até que o Programa atingisse o formato atual. Cronologicamente, nota-se que esse processo de mudanças na política agrícola teve início a partir de 1994, quando o Governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAF), que tinha como objetivo destinar um volume de crédito com taxas de juros mais acessíveis aos agricultores familiares.

Os valores médios dos contratos variam muito entre as grandes regiões e mais fortemente entre as Unidades da Federação. De alguma forma, essas variações refletem os diferentes sistemas de produção e os distintos tipos de produtos incentivados pelo PRONAF em cada um dos estados. Essa modalidade começou a vigorar a partir de 1997, com o objetivo de melhorar as condições gerais dos municípios e viabilizar a permanência dos agricultores nas atividades produtivas.

A sua sistemática é bastante distinta da modalidade anterior, uma vez que a participação nesse programa requer o envolvimento das comunidades. Esse envolvimento poderá ocorrer da seguinte maneira: integrando o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), participando da elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR) e da elaboração dos Planos de Trabalho (PT) de cada município.

Inicialmente, a estrutura operacional do PRONAF definiu alguns critérios básicos para a seleção dos municípios que, com o passar do tempo, tiveram que ser modificados para atender aos objetivos gerais. Além desses critérios de seleção foi definida a sistemática institucional do programa que privilegia a elaboração dos planos de trabalho no âmbito dos municípios, posteriormente os mesmos são enviados ao Conselho Estadual que os aprova e/ou rejeita e os envia à Secretaria

Executiva Nacional, a quem compete à decisão final.

As intervenções do programa nas áreas de crédito, de infra-estrutura e de capacitação possibilitam uma retomada concreta dos programas de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar, segmento este majoritário dentro do sistema agrícola brasileiro.

Para isso, deve-se destacar como um dos aspectos fundamentais para essa nova fase da política pública a questão da institucionalidade. Ao longo dos últimos anos foram sendo criadas instâncias de representação e de decisão desde o âmbito municipal até o federal, colocando uma possibilidade concreta de gestão social para além das fronteiras da ação específica dos órgãos estatais. Com isso, abrem-se espaços para a sociedade civil intervir concretamente na formulação, implementação e avaliação da política destinada ao fortalecimento da agricultura familiar.

No entanto, este é um caminho que apresenta muitas dificuldades, devido à enorme quantidade de obstáculos que ainda precisam ser vencidos. Neste sentido, destaca-se alguns destes obstáculos, os quais acabam se transformando em limitações práticas do próprio programa. Em primeiro lugar, sobressaem os limites financeiros desse tipo de política.

Apesar do volume de recursos ter apresentado uma tendência de crescimento, ele ainda está longe de atender as reais necessidades dos agricultores familiares, tendo em vista o processo de exclusão a que esse setor foi submetido durante a modernização da agricultura brasileira. Aliado a este fato, ainda persiste o tradicional descompasso entre a época ideal de liberação dos recursos e a sua disponibilidade efetiva, o que acaba afetando negativamente os indicadores de desempenho do setor da produção familiar. Decorrente desse processo abre-se a possibilidade para distorções que levam a concentração dos recursos em algumas regiões.

A longo prazo, isso poderá comprometer a continuidade do programa, caso os recursos dessa fonte não sejam destinados para seu verdadeiro fim. Neste caso, deve-se chamar a atenção para a enorme redução da participação dos recursos da exigibilidade bancária nesse tipo de programa, o que revela uma falta de discernimento do sistema financeiro em relação à importância da agricultura familiar para a sociedade brasileira.

Finalmente, deve-se ressaltar que a operacionalidade do programa ainda sofre de vícios tradicionais da burocracia dos órgãos públicos que impedem a

legitimação desse processo junto à sociedade civil, ao concentrar excessivamente o poder decisório, uma vez que as instâncias que estão sendo criadas não conseguem ganhar vida própria e serem sujeitos do processo de descentralização das políticas públicas.

O debate atual sobre a noção de agricultura familiar foi intensificado devido a um fato político: a opção do governo de eleger essa forma de produção agrícola como protagonista do desenvolvimento rural, baseando-se em análises que atribuem à agricultura familiar condições mais favoráveis de competitividade quando comparada à agricultura patronal no que se refere aos rendimentos físicos obtidos e mesmo à capacidade de empregar mão de obra (FAO INCRA, 1994).

Sendo assim, a agricultura familiar ganha um caráter de agricultores em transição, ou seja, aqueles que apresentariam potencialidades de serem transformados em empresas familiares viáveis, através da incorporação de tecnologia e de uma racionalidade econômica voltada para as demandas do mercado. Com base nisso, cabe definir o tipo de agricultor familiar que será beneficiado pelas limitadas verbas públicas, por isso se deve ter claro os objetivos dessa política; e o PRONAF surge como uma proposta política de melhores condições materiais de superar as condições e as dificuldades que o agricultor familiar encontra para se integrar no mercado e poder criar condições de subsistência e permanecer no campo.

Um dos pontos a serem destacados é a escolha errada dos municípios a serem beneficiados pelo Pronaf-Infra-Estrutura (ABRAMOVAY; VEIGA, 1998). A seleção de municípios com maior índice de pobreza rural teria impedido que se atingisse a camada de agricultores mais preparada para desenvolver uma agricultura competitiva, resultando no insucesso da política. Na interpretação desses autores, no lugar de relacionar os bancos, além da capacidade de desenvolver uma produção com base em critérios de eficiência definidos pela competitividade, acabou-se, por imposições de ordem política, relacionando-se os mais pobres, o que teria sido, em parte, a causa do desvio dos objetivos desejados.

Pode-se dizer que ao centrar a atuação do PRONAF no estímulo à competitividade, o governo estaria não apenas excluindo um grande contingente de produtores classificados como inviáveis economicamente ou inadequados em termos de infra-estrutura disponível, como estaria também correndo o risco de desperdiçar recursos.

O censo demográfico 2006 traz uma novidade: pela primeira vez, a agricultura familiar brasileira é retratada nas pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar que representam 84,4% do total, (5.175.489 estabelecimentos) mas ocupam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões) desse total. Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. O valor bruto da produção na agricultura familiar é 677 reais por hectare/ano.

Os dados do IBGE apontam que em 2006, a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%). O valor médio da produção anual da agricultura familiar foi de R\$ 13,99 mil.

Outro resultado positivo apontado pelo Censo 2006 é o número de pessoas ocupadas na agricultura: 12,3 milhões de trabalhadores no campo estão em estabelecimentos da agricultura familiar (74,4% do total de ocupantes no campo). Ou seja, de cada dez ocupados no campo, sete estão na agricultura familiar que emprega 15,3 pessoas por 100 hectares.

Dois terços do total de ocupados no campo são homens. Mas o número de mulheres é bastante expressivo: 4,1 milhões de trabalhadores no campo estão na agricultura familiar. As mulheres também são responsáveis pela direção de cerca de 600 mil estabelecimentos de agricultura familiar.

O Censo Agropecuário 2006 revela ainda que dos 4,3 milhões de estabelecimentos, 3,2 milhões de produtores são proprietários da terra. Isso representa 74,7% dos estabelecimentos com uma área de 87,7%.

Os critérios que definem o que é agricultura familiar foram determinados pela Lei nº 11.326 aprovada em 2006. Eles são mais restritivos do que os critérios usados em estudos feitos anteriormente por outros organismos como a Fao/Incra e universidades brasileiras que estudaram o setor. A Lei 11.326 determina que quatro

módulos fiscais é o limite máximo para um empreendimento familiar. Determina também que a mão-de-obra deve ser predominantemente da própria família e a renda deve ser originada nas atividades da propriedade e a direção também tem que ser feita por um membro da família.

O censo de 2006 revela que o número de agricultura familiar, estimado pela metodologia FAO/Incra, cresceu no decênio entre os censos – passou de 4,1 milhões para 4,5 milhões, ou 87,95% do total de estabelecimentos agropecuários do País. Em 2006 os familiares ocupavam 106 milhões de hectares (32,3% da área total dos estabelecimentos) e respondiam por 40% da produção agropecuária total, com Valor Bruto da produção de R\$ 57,5 bilhões. O fato de a área ser proporcionalmente menor que a participação na produção revela a maior intensidade no uso do fator terra dos familiares. Em termos de emprego (78,8% do total da mão de obra no campo), um crescimento de 2,3% - significativo diante da queda geral registrada pelo censo.

As maiores variações na participação da Agricultura Familiar ocorreram nas Regiões Norte e Nordeste, onde esse segmento passou a dominar a produção agropecuária, provavelmente em razão do efeito das políticas públicas (Pronaf, Reforma Agrária, etc.). No Sul e no Centro-Oeste a AF cresceu pouco e caiu em termos relativos no Sudeste. Mas a manutenção da participação relativa ou mesmo a pequena queda não são mais sinais de debilidade. Ao contrário, nessas regiões o forte do agronegócio foi mais acentuado, manter a posição relativa indica que a Agricultura Familiar cresceu no mesmo ritmo (ou quase) do setor e que acompanhou e participou do bom agronegócio.

O aumento da participação da AF na produção agropecuária, de 37,9% para 40% numa década de expansão do setor (1996-2006), indica que os produtores familiares ganharam mais espaço e reconfirma sua importância econômica e social. Revela ainda que o segmento passou a integrar as mais destacadas cadeias produtivas agropecuárias e a contribuir para o dinamismo do agronegócio nacional entre o final do século XX e esta década.

CAPÍTULO 2

PROCESSO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DA OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ

Antes da chegada dos portugueses ao Brasil, viviam aqui nestas terras, as populações indígenas, no qual viviam em igualdade social. Trabalhavam na agricultura, caçavam, pescavam, coletavam e repartiam com os demais na aldeia, e quando necessitavam mudar de lugar a procura de locais mais apropriados para o exercício das atividades, faziam isso harmoniosamente.

A partir de 1530, este convívio harmônico mudou. A coroa portuguesa, sentindo-se dona do território brasileiro dividiu-se e 12 capitanias hereditárias. Cada capitania foi doada a nobres portugueses, que doavam partes dessas terras para sesmeiros, para que fossem mais bem administrados e garantidos de qualquer eventualidade: 'Eram grandes as áreas de terras'. O sistema de Sesmarias deu origem ao latifúndio no Brasil. Porém, a grande maioria dos que vinham não era sesmeiros e sim, posseiros. A luta do posseiro, portanto, vem desde a época colonial. (LAZIER, 2003, p.209).

O regime de sesmaria permaneceu até a Independência do Brasil, em 1822, quando o 'governo imperial [...] proibiu a concessão de sesmarias, sem dar outra solução ao problema da propriedade das terras públicas, implantou-se no Paraná o mesmo caos fundiário constatado em todo país, pelas ocupações de terra, as posses [...]'. (FERES, 1990, p. 479).

Mas as doações continuaram sendo feitas e o governo imperial além de ceder terras aos sesmeiros cedia também poderes as províncias para a distribuição de terras, com o intuito de que elas pudessem promover o assentamento dos imigrantes europeus que chegavam para abastecer a falta de mão-de-obra nas fazendas cafeeiras, em São Paulo.

Em 1850, uma nova política para a posse da terra foi implantada pelo governo vigente, a "Lei de Terras", que tinha por objetivo registrar as terras ocupadas. A aquisição de novas terras seria feita através da compra, dificultando assim a aquisição da terra pelos trabalhadores, para dar garantias de sobrevivência aos grandes latifúndios, através da lavoura. Nas palavras do autor Feres (1990, p.479), a "Lei de Terras":

Regularizava a propriedade da terra exclusivamente pela compra, não resolveu os problemas existentes. As sesmarias foram confirmadas e as posses foram transformadas em concessões legais. Entretanto, essa nova lei, exigindo pagamento por novas propriedades [...] fez estancar o avanço da expansão da pecuária para outras regiões da Província, que permaneceram ainda vazias.

De acordo com este mesmo autor (1990, p. 479), essas terras desocupadas se localizavam ao Norte, ao Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, com uma pequena população de caboclos dispersos e isolados, no qual o governo central passou a distribuir essas terras.

Das concessões feitas, a primeira em 1889 e as demais em anos posteriores, o pagamento a empreiteiras para as construções e ligações ferroviárias do país, ocasionaram diversas conseqüências para o Estado do Paraná.

2.1 A OCUPAÇÃO DO SUDOESTE

No início do século XX, existiam poucos povoados no Sudoeste do Paraná, com descendência luso-brasileira, os caboclos, viviam a base da exploração da erva mate e a criação de suínos. Esses produtos eram negociados pelo sistema de troca com os bodegueiros, desta forma os caboclos conseguiam adquirir outros gêneros de mercadorias. Existiam povoados em Barracão, Santo Antônio, Campo Êre, Santana e Bom Retiro, atual Pato Branco.

O sudoeste era, até então uma região sem expressão política, pois havia muitas terras desocupadas e não havia um contingente populacional significativo que pudesse corresponder aos anseios políticos vigentes. A partir de 1938, interesses políticos começam a aparecer, é nesse momento que é decretado pelo Presidente da República, Getúlio Vargas, a “Marcha para o Oeste”, que tinha por objetivo atrair populações para o preenchimento dessas terras devolutas.

A migração teve um relevante crescimento, mas foi a partir de 1943, com a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), por Getúlio Vargas, que houve um grande contingente migratório, vindo de vários Estados, principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No decreto da criação da CANGO, constava: ‘[...] fica criada a Colônia Agrícola Nacional General Osório’, no Estado do Paraná, na faixa de 60 quilômetros de fronteira, na região de Barracão, Santo Antônio, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e a Colonização [...]. A área a ser demarcada não será inferior a 3.000 hectares (GOMES, 1987, p. 160).

O objetivo prático da criação da CANGO, segundo as intenções do Presidente, era extrair o excedente de mão-de-obra agrícola e resolver a escassez de terras no Rio Grande do Sul. Desejava mostrar ao povo que seu programa, 'Marcha pra o Oeste', estava dando resultados e através desta colonização poderia proteger a faixa da fronteira, de invasores estrangeiros, argentinos e paraguaios, que contrabandeavam e exploravam a erva-mate (FERES, 1990, p. 498).

A administração da CANGO instalou-se provisoriamente em Pato Branco, em 1944, somente em 1948, se instala na Vila Marrecas, atual Francisco Beltrão. Nos seus primeiros anos de atuação, a CANGO distribuía gratuitamente terras aos migrantes, que chegavam em busca do sonho de trabalhar e progredir, recebiam também infra-estrutura como: casa, ferramentas, sementes, assistência médica, etc.

Até 1955, a CANGO esteve presente atuando na orientação de uma parcela do processo de ocupação do Sudoeste. Limitada em seus recursos, não tinha como atingir todos os colonos chegados a região, de modo que boa parte do processo foi realizado de forma espontânea, fora do alcance do controle governamental. (FERES, 1990, p. 498).

Pode-se salientar que a CANGO foi uma das instituições que proporcionou as melhores condições de fixação do agricultor na História do Paraná. Todo esse incentivo e condições oferecidas, intensificaram o movimento migratório. Quando os migrantes se instalavam nos lotes, recebiam um documento provisório de posse, as escrituras não eram expedidas porque as terras paranaenses estavam "sub judice".

2.2 CONQUISTA DA GLEBA MISSÕES PELA CITLA

As disputas pelas terras do Sudoeste agravaram-se depois da vitória jurídica de José Rupp, em 1945. Após várias tentativas frustradas de acordo, em 1950, vende seus créditos de indenização ao Sr. Mário Fontana, um dos sócios da CITLA. A partir deste momento, quem precisava conseguir a indenização era a CITLA, mas para essa Companhia não se tornou impossível, já que tinha também como sócio o então governador do Paraná, Moisés Lupion (1946-1951), sendo este um membro do partido que governava o País, o PSD.

Desta maneira a CITLA conseguiu, por influência de Lupion, numa operação ilegal, adquirir as Glebas Missões e parte da Chopim. A escritura repassada referia-se a 475.200 ha, que incluía a faixa de fronteira com a Argentina e o território da

CANGO, na qual estavam aproximadamente 3.000 famílias e as sedes distritais dos municípios de Francisco Beltrão, Santo Antônio e Capanema. Constitucionalmente esta escritura era inválida. De acordo com Wachowicz (1987, p. 151), “Quatro dias depois de assinada a escritura, o 4º Procurador da República, Ademar Vidal, protestava e exigia a anulação da escritura, afirmando e argumentando que a transação era ilegal [...]”

Esta ilegalidade consistia na Constituição Federal, a qual proibia a venda de terras na região de fronteira sem o parecer favorável do Conselho de Segurança Nacional e também do Senado Federal. Em função disso, o Tribunal de Contas da União pede a anulação das titulações concedidas a CITLA, que somente ocorreu em 1953.

Quando ocorreu a anulação das escrituras, a CITLA já havia se instalado na região. Mesmo as terras estando sob o poder da União e proibida a qualquer transação imobiliária, a CITLA continuou atuando na região com a comercialização das terras. Quando a oposição assumiu o poder estadual, com o Sr. Bento Munhoz da Rocha (1951-1955), este baixou uma portaria proibindo o reconhecimento do Imposto de Transmissão de Propriedade “sisa”, para tentar impedir a grilagem. Este documento era imprescindível para o registro das escrituras.

Para conseguir vender as terras, a CITLA dizia-se dona das Glebas Missões e Chopim, fazendo com que todos acreditassem que ela teria ganhado na justiça a posse dessas terras. Mesmo sabendo de sua ilegalidade, como dona das Glebas e na venda das referidas terras aos posseiros, pois as mesmas estavam “sub judice” não podendo ser registradas em cartório, negociava da mesma forma, pois tinha contatos com políticos altamente influentes na época e sabia que seus atos eram encobertos e protegidos por eles.

Quando a CITLA se instalou na região, em 1951, tinha planos de industrializá-la, por exemplo: com uma indústria de celulose, devido à grandiosidade do volume de árvores existente neste território, desse modo, os posseiros deveriam ficar onde houvesse pouca matéria-prima. Mas, com o tempo percebeu-se que era mais lucrativo vender os lotes, mesmo que estes fossem vendidos várias vezes, já que os posseiros não recebiam escrituras para comprovar por eles.

Durante o governo de Bento Munhoz da Rocha, a CITLA tinha suas atividades restritas e atuava pacificamente, pois não tinha forças políticas para atuar, mas utilizou algumas estratégias para marcar a sua presença e fazer crer, a todos, que

era proprietária daquelas terras. Para Feres (1990, p. 509).

[...] o que se delineava no sudoeste, para além da grilagem e das chicanas jurídicas em torno da propriedade das terras públicas, era a luta permanente entre os dois pólos extremos do processo de ocupação do território do Brasil: de um lado o monopólio fundiário e do outro o fracionamento da terra em pequenas propriedades. A fronteira de colonização mostrava-se o terreno ideal para esse confronto.

Devido aos problemas ocasionados pela CITLA, a CANGO teve as suas atividades praticamente paralisadas, devido à diminuição de verbas designadas a esse projeto de assentamento. Nas eleições que ocorreram em 1955, a CITLA consegue uma grande vitória, Moisés Lupion consegue voltar ao governo do Paraná, (1956-1960), assim, a Companhia teria de volta o livre arbítrio de atuar sem restrições.

Para obter um maior controle nas suas ações ilegais, a CITLA associou-se a mais duas Companhias, que deveriam operar em seu nome para os negócios de venda de terras, são elas; a Companhia Apucarana Limitada (Apucarana), que se localizava em Santo Antônio, encarregada de vender as terras na região de fronteira com a Argentina, e a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Limitada (Comercial), que se localizava em Pato Branco. Esta era encarregada de vender as terras na região do Verê.

A entrada dessas duas companhias inicia uma nova fase na história da luta pela terra na região, onde a especulação imobiliária passa a comandar o processo de expropriação e espoliação violenta de que são vítimas os posseiros ali instalados (GOMES, 1987, p.50).

Inicialmente, as companhias fizeram uma grande chamada pelas rádios de Francisco Beltrão e de Pato Branco, orientando a população a se dirigirem aos escritórios para assinar os contratos de compra e venda com os “legítimos” donos das terras.

Para advertir a legalidade de atuação da CITLA e companhia, tanto a CANGO como os políticos de oposição, destacando-se o senador Othom Mäeder, percorriam a região orientando os posseiros a não assinarem nenhum documento, pois eram improcedentes. Após os esclarecimentos sobre a atuação da CITLA, os posseiros começaram a resistir às negociações.

Como passou a haver resistência dos posseiros em fazer negócios com a CITLA, esta companhia e as demais trouxeram os jagunços. Esses jagunços

passaram a percorrer a região armados para forçar os posseiros a assinarem os contratos de compra que excluía toda a matéria-prima existente na terra. Quando havia resistência, os posseiros sofriam todo tipo de agressão, eram roubados, massacrados, casas eram incendiadas, práticas de atos ilícitos com seus familiares, assassinatos, etc., atos praticados em defesa dos interesses das companhias.

Quem pagava pelas terras não recebia recibos legítimos e sim recibos forjados, que eram feitos em papel de embrulhos de carteira de cigarros, eram assinados pelos próprios jagunços. Esta cobrança não se restringia a área rural, mas também a área urbana. Quando os posseiros iam até a delegacia denunciar as extorsões e agressões que sofriam, nada ocorria em suas defesas, já que os policiais encobriam a ilegalidade e as ações imprudentes da CITLA, eram subservientes a ela. Muita violência foi usada contra os posseiros, muitos assassinatos foram cometidos, em alguns casos até o delegado se envolvia nas execuções (GOMES, 1987, p. 56).

Qualquer atitude que os posseiros tentassem tomar para solucionar as ações das companhias significava perder suas vidas. As mortes mais bárbaras que ocorreram foram da mulher de João Saldanha e seus dois filhos. Lino Marqueti, da Comercial, teria mandado matar Saldanha por desobediência às exigências das companhias, os jagunços não o encontraram em sua casa e para mostrar quem estava mandando nas terras da gleba, torturaram a esposa e os filhos antes de ocorrer o homicídio (GOMES, 1987, p.103).

Os jagunços praticaram muitas atrocidades e muitas pessoas, principalmente, homens, desapareceram. Tudo indica que foram mortos, praticavam raptos, estupravam mulheres e meninas, casas eram queimadas, mas antes retiravam tudo de valor que pudesse interessar, muitas das pessoas executadas eram encontradas jogadas nos rios da região. Conforme as ações das companhias foram crescendo, foram se tornando cada vez mais violentas suas atitudes. A união e a resistência dos posseiros foi o ponto chave para a derrubada dos grileiros.

2.3 UNIÃO E RESISTÊNCIA

O primeiro confronto entre jagunços e posseiros ocorreu no dia 02 de agosto de 1957, no distrito de Verê: um grupo significativo armou-se e foi marchando pela avenida principal em direção ao escritório da Comercial, um, posseiro que tinha tomado a frente, foi baleado e morto pelos jagunços. Depois desse acontecimento as companhias aumentaram ainda mais a violência contra os posseiros em toda a região e para tentar desarmá-los, houve um reforço policial de Francisco Beltrão, que usaram força-agressão para atingir seus objetivos. (GOMES, 1987, p.72).

As informações sobre os casos de assassinatos, estupros, espancamentos e informações sobre a ilegalidade das companhias, começaram a ganhar forças nas rádios, pelo porta-voz dos posseiros Jácomo Trento, o Porto Alegre, que era um dos radialistas da rádio Colméia, em Pato Branco e, em Francisco Beltrão, dois dos sócios da rádio eram os Srs. Walter Pécoits e Prolo. (GOMES, 1987, p.81-82).

Através dessas informações começou-se a organizar reuniões com os líderes da cidade e do interior. Cada cidade se organizava para discutir o que se deveria fazer para por um fim nas atitudes violentas ilícitas as Companhias. Todas as conversas foram mantidas no maior sigilo para uma possível articulação contra as companhias.

As companhias tinham consciência que estavam ocorrendo reuniões contrárias. Para tentar desarticular os posseiros os agentes da CITLA tentaram subornar as lideranças dos desfavorecidos, mas estes não se intimidaram e não aceitaram as propostas feitas. Ameaças de morte passaram a serem feitas aos líderes e integrantes da mobilização contra as companhias. Segundo Dr. Walter, que denunciava através da rádio as violências praticadas pelas Companhias, ele recebeu uma proposta de 200 alqueires de terras na costa do rio Iguaçu para que ele desistisse de lutar contra elas.

Uma comissão de posseiros que se deslocou a Curitiba e lá tomou conhecimento de que o Governo Lupion foi obrigado a decretar o fechamento dos escritórios das Companhias. A câmara dos Deputados e o Senado Federal, após seis anos de discussão no Congresso Nacional, aprovaram o Ato do Tribunal de Contas que negava o registro das glebas Missões e Chopin à CITLA, bem como uma intervenção federal a situação tensa do Sudoeste, se Lupion não acatasse a resolução (GOMES, 1987, p.90).

Antes de receber qualquer informação da comissão, que tinha se deslocado a Curitiba, as lideranças patobranquenses contactaram com as lideranças beltronenses para que as cidades sedes das companhias fossem tomadas. A decisão vinda de Francisco Beltrão era o favor da tomada e foi decisivo para que os líderes de Pato Branco organizassem grupos de posseiros para guarnecer os pontos estratégicos das cidades. A partir dessa união outros municípios aderiram ao protesto contra as companhias.

Para organizar a situação chega à cidade de Pato Branco o Major Machado, enviado por Lupion antes que houvesse uma intervenção federal. O Major Machado usou a tática do Cel. Alcebíades em Capanema, aliou-se a Porto Alegre e nomeou alguns inspetores da polícia, alguns posseiros, determinando que esses fossem junto com alguns policiais fechar os escritórios e prender os jagunços (WACHOWICZ, 1987, p.202-203).

A estratégia usada pelo Major foi perfeita, o escritório da Comercial foi fechado e poucos jagunços foram presos, os demais componentes refugiaram-se em

Francisco Beltrão. Este era o objetivo, desarticular o levante em Pato Branco, para que os elementos da Companhia não sofressem agressões por parte dos revoltosos. Depois de lacradas as portas dos escritórios e os jagunços terem fugido da cidade, Porto Alegre não achou mais necessário manter a mobilização, pois a situação estava controlada, portanto, entregou o controle da cidade ao Major Machado.

Em Francisco Beltrão, até o dia do levante, era mais calmo do que na fronteira ou na região do Verê, pois contava com a presença de um pelotão do exército. O patrulhamento por esses soldados ajudou a evitar inúmeros desentendimentos entre os grupos opostos. Para o senador Othon Mäeder, Francisco Beltrão foi o único município do Sudoeste do Paraná onde o tumulto e violência se amenizou porque no auge dos acontecimentos estavam aquartelados 140 praças (soldados). Os jagunços não atacaram os posseiros que começavam a chegar e se concentrar na cidade, na praça em frente a igreja Nossa Senhora da Glória, no dia 10 de outubro de 1957, porque o exército patrulhou a cidade, até por volta das 04h30min da manhã.

Outro ponto chave para o sucesso do movimento em Francisco Beltrão foi o controle da rádio Colméia, entre os sócios, Walter Pécoits e Luiz Prolo. Eles liam editoriais criticando a atuação das Companhias na região para que a população fosse conscientizando-se dos problemas causados por elas.

Os jagunços fugitivos de Capanema e Pato Branco se concentraram na sede da CITLA, em Francisco Beltrão, onde, no dia 10 de outubro, as lideranças de Francisco Beltrão decidiram a mobilizar os revoltosos, convocaram-os através da rádio Colméia, para que viessem armados para tomarem a cidade a acabar com as companhias. Depois das 15 horas chegaram os primeiros caminhões cheios de posseiros de São Miguel, Jacutinga, Linha Gaúcha, Rio do Mato.

Muitas das armas e munições foram emprestadas pelas casas comerciais, que vendiam esses produtos, também foram cedidas as armas que estavam detidas no fórum, sobre o aval do juiz, que estava favorável á causa dos posseiros. O acesso ao campo de aviação foi bloqueado com toras. Dessa maneira, a cidade foi totalmente tomada por aproximadamente seis mil posseiros, armados e dispostos a lutar pela sua vida.

Tomada à cidade de Francisco Beltrão, os jagunços e os diretores das companhias ficaram amedrontados, pois os posseiros estavam armados e era a maioria. No dia seguinte o Dr. Walter Pécoits foi conversar com o representante da CITLA dizendo que a delegacia estava tomada e os policiais presos e que não tinha ninguém para defendê-las. Sugeriu que eles se rendessem pacificamente, se não quisessem morrer. Depois de várias conversas entregaram suas armas. Os atuantes das companhias ficaram presos no quartel do exército, até o momento em que foram transportados pelo exército por uma estrada secundária para evitar a ira dos posseiros (GOMES, 1987, p.97).

Tudo o que era da companhia foi destruído, especialmente, os contratos e promissórias assinados obrigatoriamente pelos jagunços. Todos dos participantes do movimento estavam festejando a expulsão das Companhias, quando souberam da notícia de que o chefe da polícia chegaria até o local. Quando Pinheiro Jr. Chegou à cidade, se reuniu com uma comissão, na rádio Colméia, aceitando as propostas dos posseiros como: exonerar o promotor; retirar as companhias da região; substituir o delegado pelo nome indicado por eles, Dr. Walter Pécoits e que aqueles que tivessem participado do movimento não fossem perseguidos.

Os posseiros passaram a se articular em toda a região, repelindo todos os focos de poder ligados à CITLA. Em Francisco Beltrão e Pato Branco, o chefe da polícia tinha conseguido acalmar as atitudes dos revoltosos, mas em outros municípios ainda existiam alguns focos de agitação.

2.4 LEGALIZAÇÃO: O GETSOP

Após a expulsão dos grileiros e jagunços, ocorreu a união, em sua maioria, dos posseiros no Sudoeste para que eles se tornassem os legítimos proprietários das terras. Na campanha eleitoral para a presidência a maior parte da população do Sudoeste votou no candidato Jânio Quadros, que havia assumido o compromisso de regularizar a situação fundiária, caso fosse eleito.

Eleito, o novo presidente da República, Jânio Quadros, regularizou a área em litígio, a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim, pelo decreto nº 50.97/61. Meses depois de renunciar o cargo, quem assumiu foi o vice João Goulart que aprovou o decreto nº 51.431/62, criando o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) (GOMES, 1987, p.113-114).

O GETSOP ficou ligado diretamente à Presidência da República através da

Casa Militar e do Conselho de Segurança Nacional. Os primeiros trabalhos do GETSOP foram: medir, demarcar e dividir os lotes, respeitando-se a posse e a ambição dos ocupantes, suas tarefas iniciaram em Francisco Beltrão.

A partir do escritório central, o GETSOP organizou-se e estabeleceu suas formas de funcionamento, projetou, organizou e executou a colonização das Glebas Missões e parte da Gleba Chopim. Seus funcionários vistoriaram a situação dos ocupantes das terras, construções e instalações de escolas onde foram construídas mais de 211 unidades em todos os municípios, atuaram no controle da exploração florestal e no reflorestamento. Estando ela preocupada com a qualidade e a quantidade da produção agrícola, assinou contrato com a ACARPA e a CIBRAZEM para revender sementes selecionadas aos colonos, adubos e inseticidas a baixo custo.

Para o escoamento da produção agrícola e para a comunicação com os centros maiores foram construídas e melhoradas as estradas e pontes. A ação do GETSOP foi eficiente contribuindo para o desenvolvimento da região nos diversos setores. O principal e mais importante realização do GETSOP foi a regularização das propriedades aos posseiros que se tornaram definitivamente os proprietários de suas terras.

Sua extinção ocorreu em dezembro de 1973. Até essa data o GETSOP regularizou 43.383 títulos de propriedades, correspondente a 56.963 lotes, sendo 12.413 títulos urbanos de 30.970 títulos rurais. Os dois municípios que mais receberam a documentação legal foram Francisco Beltrão, com 7.550 títulos e Dois Vizinhos com 6.462 títulos (LAZIER, 1986, p. 88-89).

Mapa de Localização da Mesorregião Sudoeste Paranaense

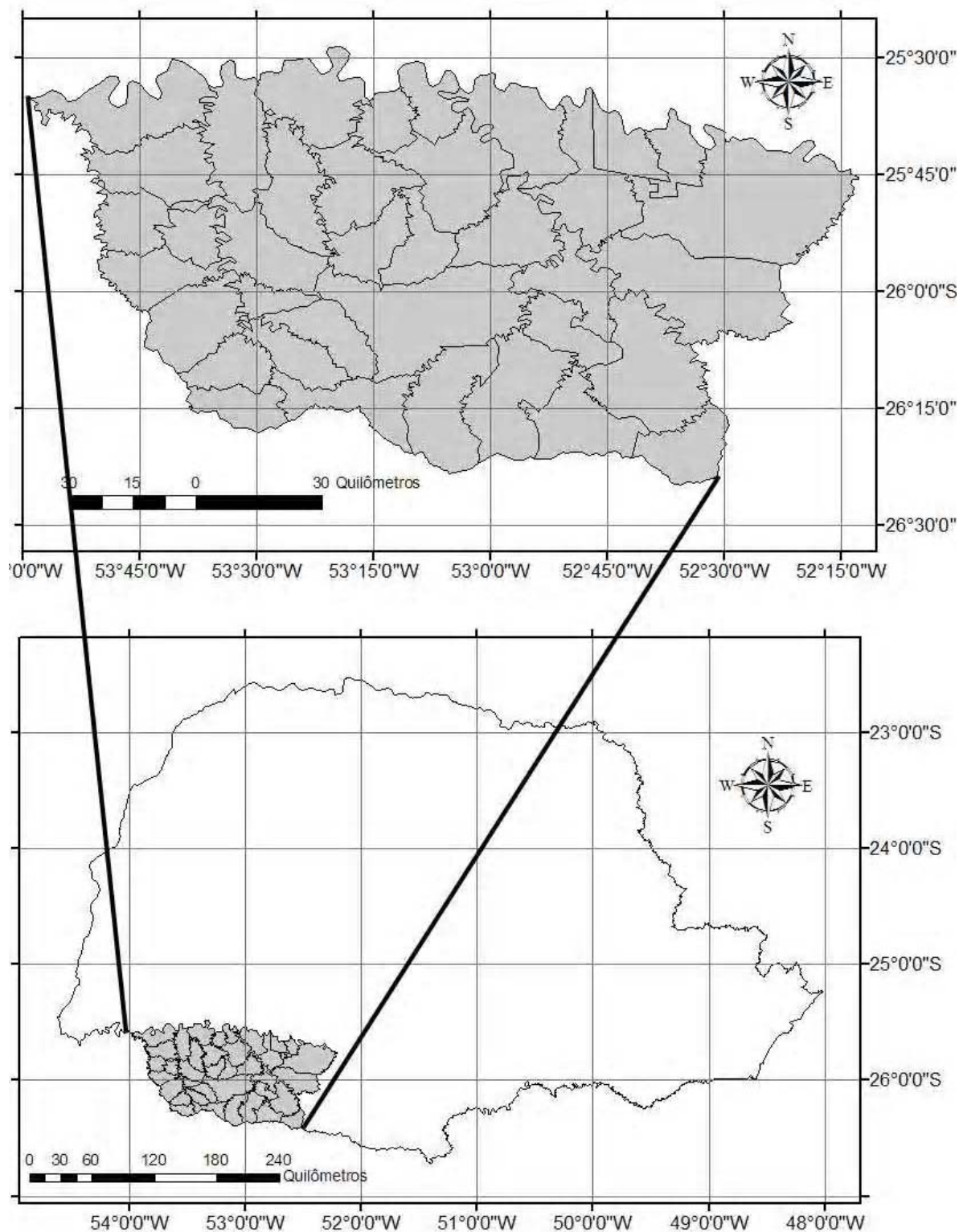


Figura 1 – Localização da mesorregião sudoeste paranaense

Tabela 1 – Relação dos municípios que compõem o Sudoeste do Paraná

1	AMPÉRE
2	BARRAÇÃO
3	BELA VISTA DA CAROBA
4	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇÚ
5	BOM JESUS DO SUL
6	BOM SUCESSO DO SUL
7	CAPANEMA
8	CHOPINZINHO
9	CLEVELÂNDIA
10	CORONEL DOMINGOS SOARES
11	CORONEL VIVIDA
12	CRUZEIRO DO IGUAÇÚ
13	DOIS VIZINHOS
14	ENÉAS MARQUES
15	FLOR DA SERRA DO SUL
16	FRANCISCO BELTRÃO
17	HONÓRIO SERPA
18	ITAPEJARA DO OESTE
19	MANFRINÓPOLIS
20	MANQUEIRINHA
21	MARIÓPOLIS
22	MARMELEIRO
23	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE
24	NOVA PRATA DO IGUAÇÚ
25	PALMAS
26	PATO BRANCO
27	PÉROLA DO OESTE
28	PINHAL DE SÃO BENTO
29	PLANALTO
30	PRANCHITA
31	REALEZA
32	RENASCENÇA
33	SALGADO FILHO
34	SALTO DO LONTRA
35	SANTA IZABEL DO OESTE
36	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE
37	SÃO JOÃO
38	SÃO JORGE DO OESTE
39	SAUDADE DO IGUAÇÚ
40	SULINA
41	VERÊ
42	VITORINO

CAPÍTULO 3

AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NA REGIÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ

Neste capítulo verificamos e apresentamos a conceituação sobre agroindústria familiar, bem como dados coletados junto à Emater de Francisco Beltrão sobre as agroindústrias familiares da região do Sudoeste do Paraná, juntamente com um estudo feito pelo Instituto IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social): Sudoeste Paranaense especificidades e diversidades 2009, onde podemos constar vários itens que demonstraram que a Agroindústria Familiar na região Sudoeste é de uma importância, sendo assim podemos afirmar segundo Prezotto (2001):

A agroindústria familiar é a unidade de transformação e/ou beneficiamento de produtos agropecuários produzidos pelos agricultores familiares. Sendo gerenciada pelos próprios agricultores e constituída de instalações e equipamentos adequados à escala de produção não industrial tradicional, ou seja, de grandes agroindústrias. Assim, entende-se a agroindústria familiar como uma estratégia de reprodução social dentro do grande universo empírico do que se usa chamar, a partir dos anos de 1990, de agricultura familiar. A agricultura familiar por definição é múltipla em estratégias de reprodução social e econômica.

Ainda segundo o mesmo autor podemos dizer que a pequena agroindústria, se torna uma importante alternativa para promover a participação dos agricultores familiares no processo produtivo. Para eles, a industrialização dos produtos agropecuários não se constitui em uma novidade. Isto já faz parte de sua história e da sua cultura, tendo como objetivo atender o consumo familiar, e em menor grau, abastecer o mercado local com excedente.

A agroindústria familiar é apontada como uma das alternativas para a reversão das consequências sociais desfavoráveis no meio rural. Tendo no espaço rural não mais apenas atividades exclusivamente agrícolas, mas a pluriatividade, a pequena agroindústria, de característica familiar pode impulsionar a geração, direta e indireta, de novos postos de trabalho e de renda aos agricultores familiares, promovendo a sua (re) inclusão social e econômica. (PREZOTTO, 2002, p.133).

Sendo a mesorregião Sudoeste do Paraná a área estudada neste presente

trabalho, é importante relatar as seguintes informações sobre a região segundo a pesquisa do IPARDES (2009).

A ocupação do espaço Sudoeste, notadamente ocorrida nas décadas de 1950 e 1960, teve nas atividades agropecuárias sua principal marca.

Outro aspecto marcante para o entendimento da dinâmica regional diz respeito ao tamanho dos estabelecimentos rurais. Aqueles com área inferior a 100 hectares respondiam em 1995/96 por 95% do total de estabelecimentos, por 73% da área total dos estabelecimentos e 95% das pessoas ocupadas no meio rural (IBGE 1995/96).

Através da mesma pesquisa do IPARDES (2009), podemos verificar na seqüência o número de Cooperativas Agropecuárias e Cooperativas de Crédito que estão presentes na região, servindo como estímulo e apoio a agricultura familiar e as agroindústrias do sudoeste paranaense.

Há no espaço Sudoeste grande diversidade de instituições e organizações sociais, principalmente relativas às diversas formas de organização do meio rural, relacionadas à agricultura familiar, aos assentamentos de reforma agrária e dos agricultores atingidos pelas barragens das hidrelétricas.

- Cooperativas de comercialização: Sistema de Cooperativas de Produção da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI), estruturas produtivas que impulsionam processos de agregação de valor e de comercialização dos produtos.

- Cooperativas de Crédito: Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Solidário e SICRED.

- Cooperativas de Produção: Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (SISCLAF), que representa 23 cooperativas no Sudoeste do Paraná e conta com mais de 4 mil famílias associadas.

- Sindicatos: Fetrat-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul) e sindicatos rurais (patronais).

- Associação de produtores, associações comunitárias, associativismo de cunho público: Associação de Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP), que congrega 42 municípios da região; Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR); Casa Rural; Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA); e outras organizações de caráter comunitário.

- Enfocando a gestão territorial do desenvolvimento, o Grupo Gestor do Território do Sudoeste do Paraná e o Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do

Mercosul cumprem o papel de articuladores regionais.

Numa perspectiva positiva, as características de associativismo, principalmente relacionadas às diversas formas de organização do meio rural, apresentam-se como subsídios para que a região responda aos desafios impostos pelas exigências de organizações mais competitivas e inseridas em novos mercados consumidores.

3.1 CARACTERIZAÇÃO E PERFIL DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DO SUDOESTE DO PARANÁ

A pesquisa foi realizada em 127 agroindústrias localizadas em 20 municípios da região de Francisco Beltrão, através da aplicação de um questionário estruturado que procura identificar e diagnosticar o desenvolvimento sócio-econômico dos empreendimentos. Sendo uma base de dados relevantes, que possibilita uma idéia da organização e caracterização das agroindústrias familiares presentes no sudoeste paranaense. O questionário foi aplicado pelos extensionistas da Emater/Regional/Francisco Beltrão no período do ano de 2006.

a) Relação de agroindústrias participantes da pesquisa:

Tabela 2 - Relação de agroindústrias

MUNICÍPIO	ENDEREÇO	EMPREENHIMENTO	MODALIDADE
Ampére	Linha Água Preta	Assoc dos Produt. Da Água Preta	Açúcar mascavo
	Cidade	ASA	Frango diferenciado
	Linha Alto Alegre	Agroindústria Alto Alegre	Produção de açúcar mascavo
		Agroindústria Alto Alegre	Produção de doces
	Linha Santa Luzia	Assoc. Produt. De Santa Luzia	Doces/compotas
		Assoc. dos prod. De Sta. Luzia	Produção de açúcar
	Linha Divisor	Leite Costa Curta	Leite e derivados
	Prefeitura	Pref. Municipal/Assoc.	Abate de frango
	Comum. Sta. Terezinha	Mário Rupel	Doce pasta/derivados
		Jurandir Klail	Embutidos de suínos

Barracão	Linha São José	Agroind. São José	Açúcar mascavo e derivados
	Linha Palmeirinha	Ignês Lucca	Panificação
	Linha São João	Flávio Ilário Arenhart	Açúcar mascavo
MUNICÍPIO	ENDEREÇO	EMPREENHIMENTO	MODALIDADE
Bom Jesus do Sul	Br. entre Barracão e Bom Jesus	Farbom	Queijaria
			Embutidos de suínos
			Ervas medicinais
			Cantina de vinho
			Açúcar mascavo
			Centro de Comercialização/ Café colonial
Capanema	Linha Gaúcha Linha Sta. Terezinha	Assoc. de produtores Emílio Loli Neto Assoc. São Pedro/ Cana de açúcar Manguaba Assoc. Nova Gaúcha Assoc. Santa Terezinha Assoc. Pingo de Mel Embutidos Loivo	Abate de frango
			Açúcar mascavo
			Açúcar mascavo/derivados e bolachas
			Açúcar mascavo, derivados e bolachas
			Açúcar mascavo
			Açúcar mascavo
			Açúcar mascavo
			Embutidos
MUNICÍPIO	ENDEREÇO	EMPREENHIMENTO	MODALIDADE
Cruzeiro do Iguaçu	Linha Santa Lúcia Comunidade de Jacutinga Vila Rural Canarinho	ASSFRUCI Zerci Assoc. Sta Lúcia Milkpar Good Life Escola Agrotécnica federal Cascata Coomopol Assoc. frut. Castanha Assoc. prod. De Jacutinga Pescados Garbossa Milkpar Tania Sieber/Cácara Agrodu Frango da Vila Celler conservas	hortifrutigrangeiro
			Embutidos de suínos
			Queijaria
			Pescados
			Beneficiamento de mel
			Bolachas
			Açúcar mascavo
			Açúcar mascavo
			Açúcar mascavo
			Pescados (filetagem)
			Queijaria
			Envase de leite
			Conservas
			Frango diferenciado
			Conservas vegetais
Eneas Marques			
MUNICÍPIO	ENDEREÇO	EMPREENHIMENTO	MODALIDADE
Francisco Beltrão	Alto Pinhal	Salame Frigo Associação Alto Pinhal Embutidos Gomes Coavo Salame Tardetti Salame Reolon Frigomacc Frangos Schmoller Salame Ferrari Laticínio Celso Osami Valdir Petri	Embutidos de suínos
			Açúcar mascavo
			Embutidos de suínos
			Process. De ovos de codorna
			Embutidos de suínos
			Embutidos de suínos e
			Embutidos de suínos
			Frango diferenciado
			Embutidos de suínos
			Mini laticínio
			Transf. De hortaliças
			Embutidos de suínos

		José Gaspareto Vilmar Togni	Laticínio
			Laticínio
MUNICÍPIO	ENDEREÇO	EMPREENHIMENTO	MODALIDADE
MUNICÍPIO	ENDEREÇO	EMPREENHIMENTO	MODALIDADE
		Elenir Silva Maria Faligurski Frigo Thomé Alaor Crestani João Andrade Trissorelli Valmir Martini Augusto Korb Rimaco Raimundo S. Chaves Ignês Saggin Assoc Piracema Bonna Fruta Assoc. Km 20 Queijos Capra Bonaczesk	Panificação/massas
			Laticínio
			Embutidos de suínos
			Laticínios
			Massas/panificação
			Massas/panificação
			Laticínios
			Embutidos de suínos
			Açúcar mascavo, doces e panificação
			Açúcar mascavo
			Açúcar mascavo
			Produção de sucos
			Embutidos de suínos
			Laticínios
			Enmbutidos de suínos
MUNICÍPIO	ENDEREÇO	EMPREENHIMENTO	MODALIDADE
Flor da Serra do Sul Marmeleiro	Sessão Progresso Jacutinga Vitt Linha Korb Km 20 Sta. Bárbara Aeroporto Comunidade de Bela Vista	Lago Festerê Embutidos de suínos Queijos Natuvida Pazzini Vinhos Sabor Saúde Queijos Helkorb Queijos Magalli Queijos Tio João Erli Assesb/São Bento Jace Doces e Bolachas Assoc. Bela Vista	Laticínio
			Produção de Queijos
			Embutidos de suínos
			Produção de queijos
			Produção de vinhos
			Produção de doces, sucos e picles orgânicos
			Produção de queijos
			Produção de queijos
			Queijaria
			Filetagem de peixe
			Embutidos de suínos
			Doces, geléias e bolachas
			Conserva vegetal
MUNICÍPIO	ENDEREÇO	EMPREENHIMENTO	MODALIDADE
Nova Prata do Iguaçu Planalto	Comunidade de São Brás São Roque-Colônia Nova	Assoc. São Brás APAF - Km 28 Imigrantes CLAF Casa Familiar Rural Erva Primavera Assoc. São Roque-Colônia Nova Salame do Bito Assoc. Flor da Serra Assoc. de Produtores Assoc. São Roque Bellé Rohden Conservas Labonde	Doces e geléias
			Açúcar mascavo
			Envase de leite
			Produção de queijos
			Produção de queijos
			Erva Mate
			Açúcar mascavo
			Embutidos de suínos
			Açúcar mascavo
			Envase de leite
			Aguardente
			Filetagem de peixes
			Queijaria
			Conservas e Picles

MUNICÍPIO	ENDEREÇO	EMPREENHIMENTO	MODALIDADE
Realeza	Linha São João	Amitra AFARNE Colussi/Pagani Mascal - Bona Mesa	Indústria de Conservas
			Açúcar mascavo
			Aguardente
			Açúcar mascavo e Achocolatado mascavo
	Linha Capanema Linha Pessegueiro	Assoc. Novos Tempos Assoc. Linha Pessegueiro	Açúcar mascavo
			Açúcar mascavo
			Conservas
	Linha São Domingos	Realeza Alimentos Antônio Cognato Baltazar AESPLAN São Domingos APMI Embutidos Cechini Vinhos Dalle Laste Assoc. João XXIII Vila Rural	Embutidos de suínos
			Embutido
			Laticínios
			Doces e geleias
			Embutidos
			Produção de vinhos
			Açúcar mascavo
			Açúcar mascavo
MUNICÍPIO	ENDEREÇO	EMPREENHIMENTO	MODALIDADE
Verê	Comum. São Roque Comum. Barra Verde	Assoc. São Roque APROVALE - Barra Verde	Açúcar mascavo
			Açúcar mascavo
	Comum. De Boa Esperança	APROBE -	Açúcar mascavo
	Comum. Do Lambedor	APAL - Assoc. Lambedor	Queijaria
	Comum. Do Alto Alegre	APRUAL - Assoc. do Alto Alegre	Queijaria
	Comum. De nova União	Assoc. Nova União	Açúcar mascavo

Como podemos perceber através do gráfico nº 01, a participação por gênero na produção não possui uma diferença significativa entre homens e mulheres. Podemos verificar que a participação da mulher é alta, o que se torna um ponto positivo no meio rural, pois a população feminina é de extrema importância para as agroindústrias. O trabalho feminino no meio rural resolve uma série de problemas que as mesmas enfrentam, como a falta de trabalho remunerado, a baixa auto-estima, a desvalorização das mulheres como membros atuantes da sociedade. Com sua participação efetiva e de forma significativa nas agroindústrias, elas estão não só promovendo o desenvolvimento local como estão colaborando com uma

sociedade mais justa onde a mulher é ser atuante e transformador da sociedade.

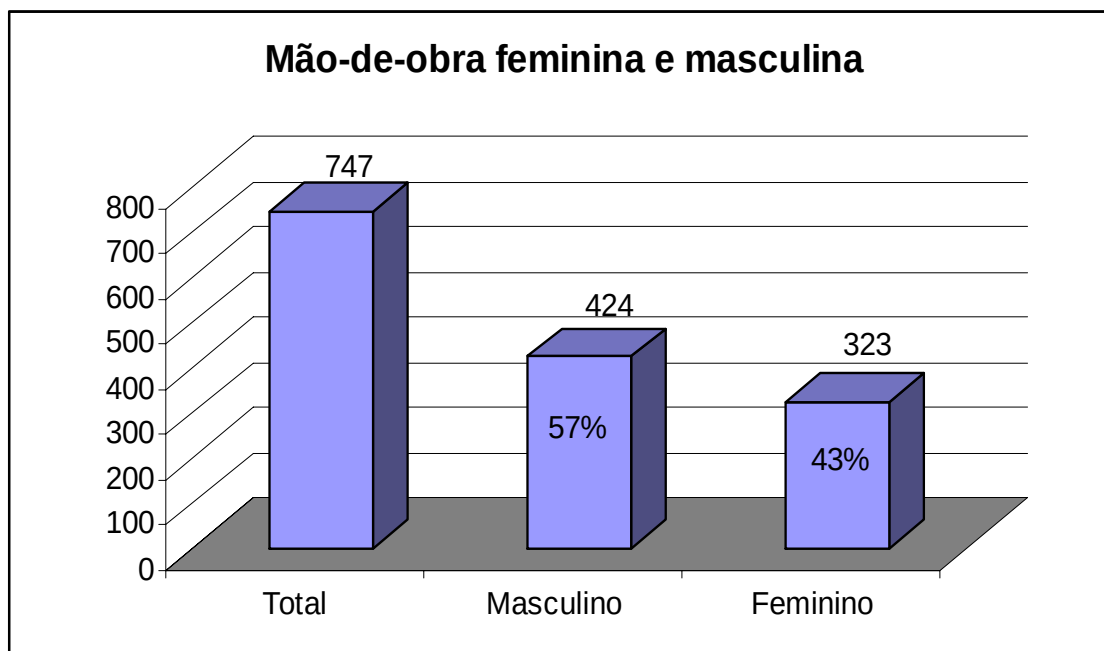


GRÁFICO 1 – Mão de obra feminina e masculina

Fonte: Organizadores: MARCHI, J. F. Lavaroti, N. Zarth, S. J. A. Godoy, J. W. 2007

Através da pesquisa realizada, podemos perceber com o gráfico nº 02, que a maior parte das famílias se organiza de forma individual e/ou por associações, prevalecendo a forma individual. Os componentes da família se preocupam com a produção, o transporte e a comercialização do produto, não devendo ter prejuízos, mas somente visando o lucro de sua produção. Pois a maioria das famílias que possuem agroindústrias, fazem dela a atividade principal da propriedade, sendo prioridade e buscam nela uma alternativa de permanência e sobrevivência no campo. Podemos observar esse resultado no gráfico nº 03.

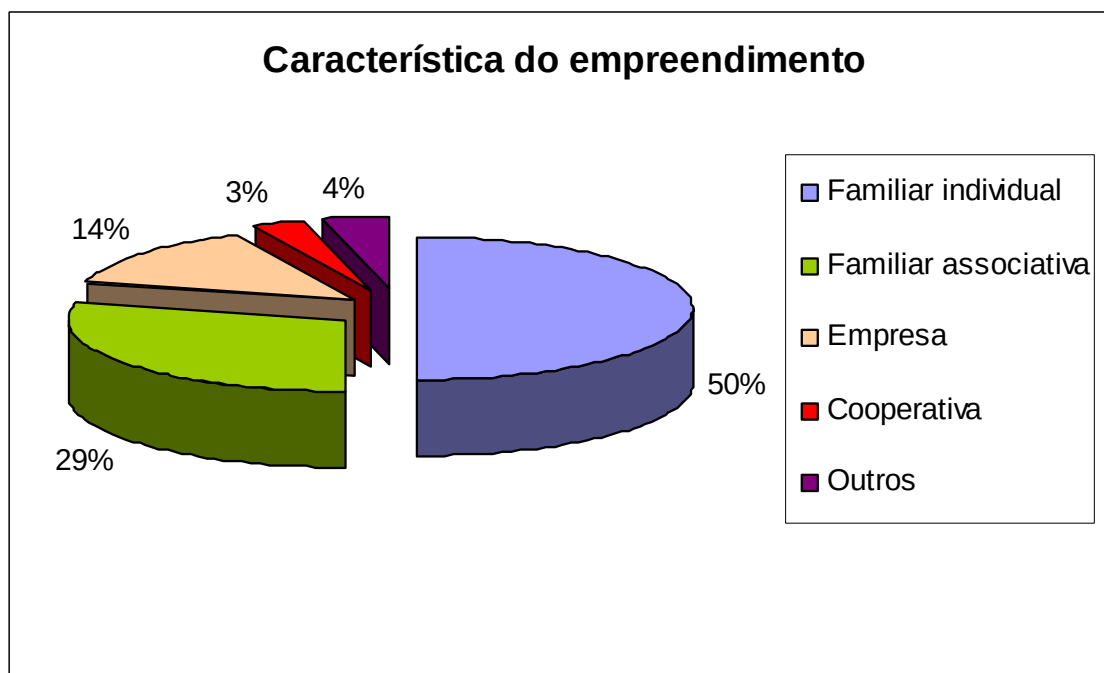


GRÁFICO 2 – CARACTERÍSTICA DO EMPREENDIMENTO

Fonte: Organizadores: MARCHI, J. F. Lavaroti, N. Zarth, S. J. A. Godoy, J. W. 2007

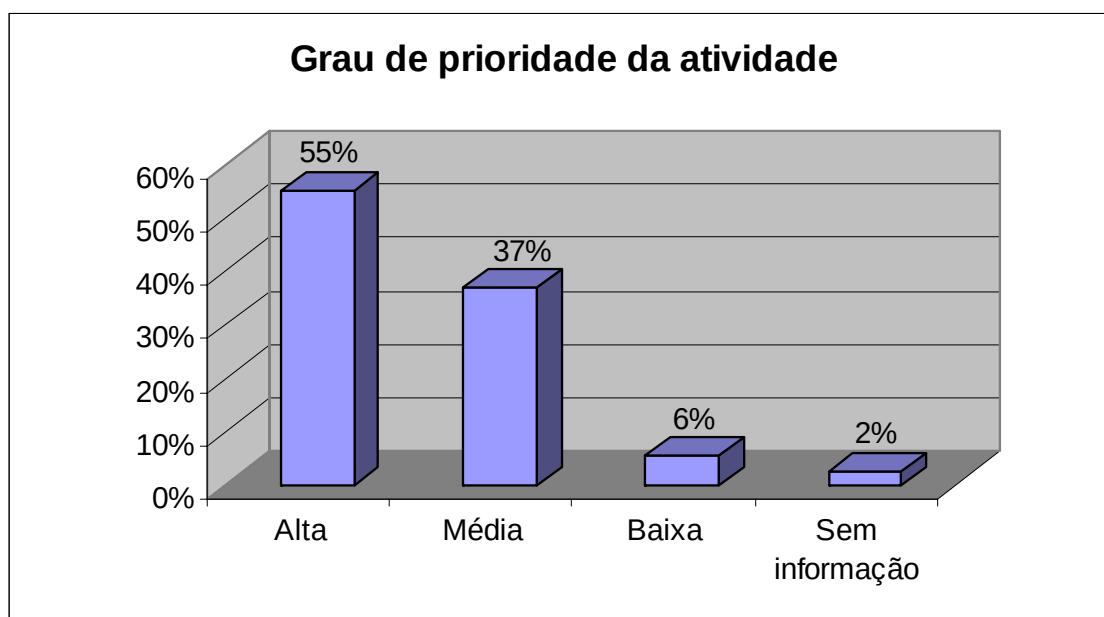


GRÁFICO 3 – Grau de prioridade da atividade

Fonte: Organizadores: MARCHI, J. F. Lavaroti, N. Zarth, S. J. A. Godoy, J. W. 2007

A preocupação dos agricultores é constatada também através do gráfico nº 04, onde mostra que a matéria prima utilizada nas agroindústrias familiares do sudoeste paranaense é na maioria de produção própria. Com isso vemos que

quando uma família decide optar por investir em uma agroindústria em sua propriedade, ela realmente aposta que essa é uma alternativa que a própria propriedade pode se auto-sustentar, ou seja, a produção é 100% desde a matéria-prima até a comercialização do produto, tornando assim o lucro como objeto direcionado que precisa ser alcançado como recompensa por todo esforço realizado, pelo sucesso da produção e comercialização de seus produtos.

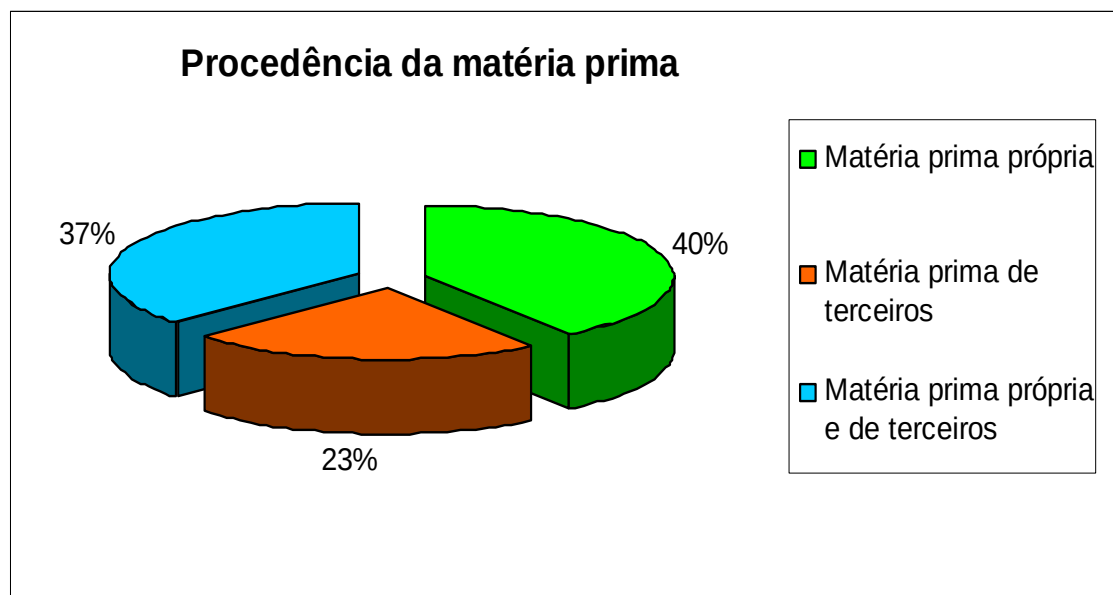


GRÁFICO 4 – PROCEDÊNCIA DA MATÉRIA PRIMA

Fonte: Organizadores: MARCHI, J. F. Lavaroti, N. Zarth, S. J. A. Godoy, J. W. 2007

Devemos ressaltar que as características do Sudoeste Paranaense de destacam também na questão da regularização do registro no serviço de inspeção para produtos de origem animal. Como podemos verificar no gráfico nº 05, que a maioria das agroindústrias pesquisadas possuem registros municipais SIM e em menor quantidade o serviço estadual SIE. O que é de uma importância para a comercialização dos produtos, porque garante aos consumidores produtos de qualidade, aumentando assim a preferência e valorização dos produtos locais.

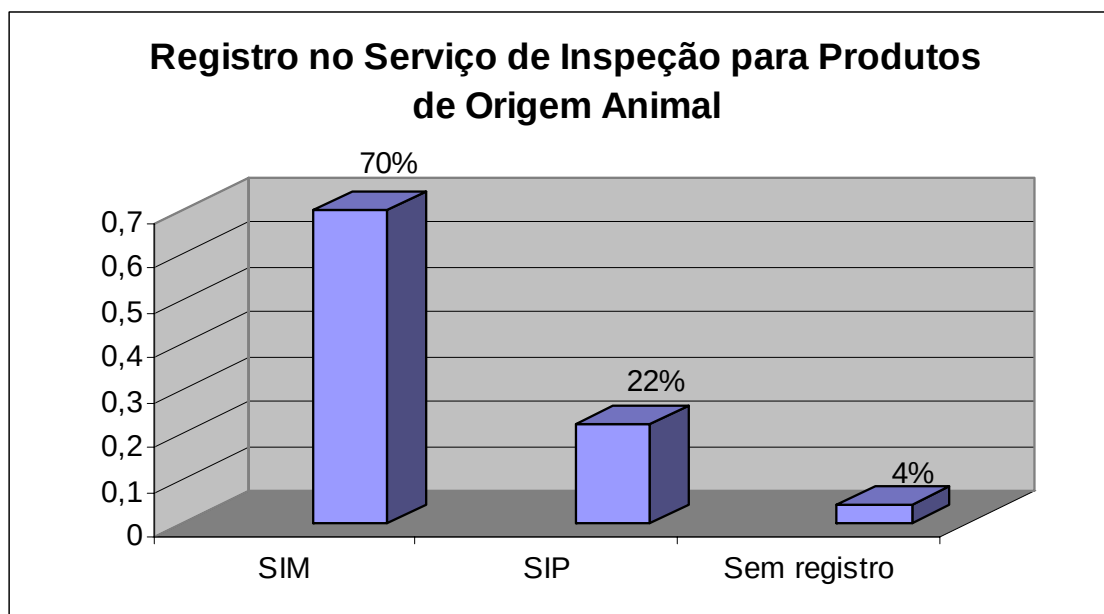


GRÁFICO 5 – REGISTRO NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO PARA PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Fonte: Organizadores: MARCHI, J. F. Lavaroti, N. Zarth, S. J. A. Godoy, J. W. 2007

Avaliando a questão da comercialização dos produtos podemos observar através do gráfico nº 06, que os produtos circulam em uma média na esfera municipal e regional, o que é muito bom para as agroindústrias; pois, seus produtos ficam conhecidos regionalmente abrangendo um número maior de consumidores e o desenvolvimento também se dá nessa mesma proporção, ou seja, não somente nos municípios, mas nas regiões das agroindústrias familiares também se desenvolvem.

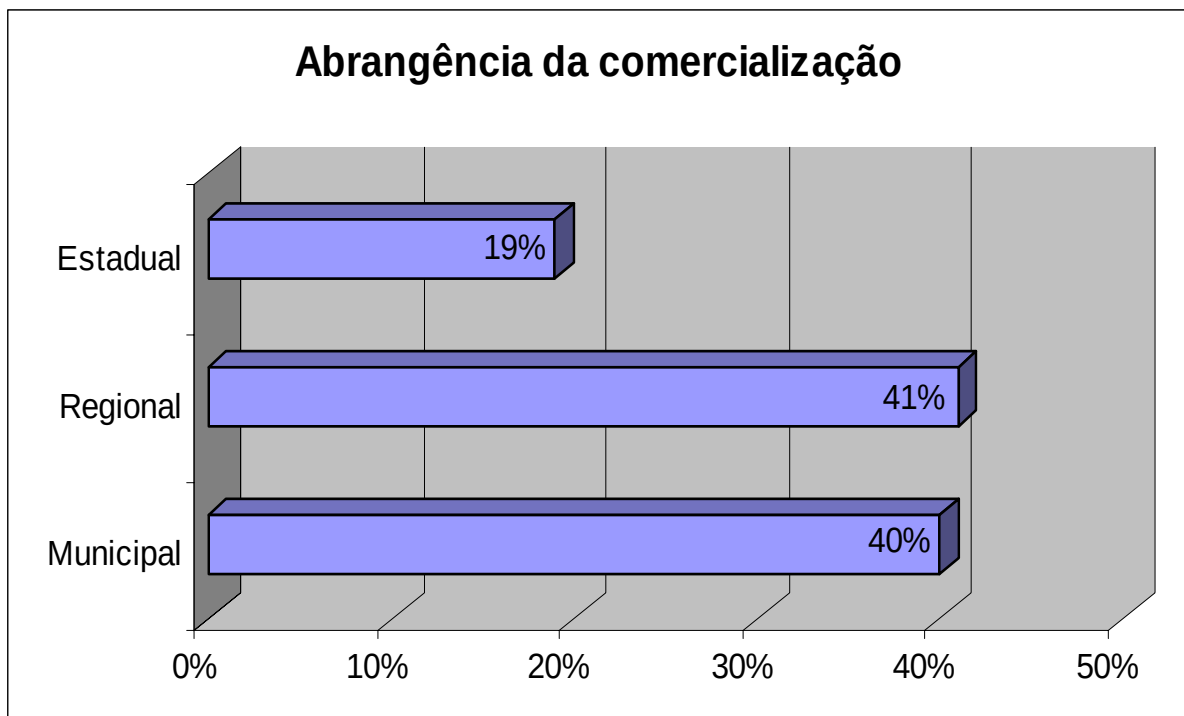


GRÁFICO 6 – Abrangência da comercialização

Fonte: MARCHI, J. F.; LAVAROTI, N.; ZARTH, S. J. A.; GODOY, J. W., 2007

3.2 COMPARAÇÕES E ANÁLISES DE DADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E POPULAÇÃO RURAL EM NÍVEL DE BRASIL, PARANÁ E SUDOESTE DO PARANÁ NA ÚLTIMA DÉCADA (1996-2007).

Através dos dados obtidos pelo último censo agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou-se uma estagnação e até mesmo um ligeiro acréscimo no número de propriedades agrícolas existentes no Paraná. Após um decréscimo e concentração no número de propriedades desde 1970, por causa do êxodo rural, o número de propriedades verificadas no último censo aponta para o início de uma desconcentração.

Em 1970, o censo mostrou que eram 554.488 propriedades agrícolas no Paraná. Em 1995 o número de propriedades despencou para 369.875 e no último censo, de 2006, já eram 371.051 propriedades agrícolas existentes no estado. Isso se deve ao incentivo e a políticas públicas adotadas pelos governos federal e estadual.

O aumento do número de estabelecimento mostrou também que aumentou a área ocupada pelas atividades agropecuárias no Estado, que passou de 14,62 milhões de hectares em 1970 para 15,28 milhões de hectares conforme o último censo.

O estudo do IPARDES sobre o censo agropecuário revelou que no Paraná a Agricultura Familiar tem participação acima de 80% na produção de arroz, feijão, mandioca e milho. Na produção de soja, o setor tem 76% de participação e de 66,1% na produção de trigo. Além da produção vegetal, a Agricultura familiar tem participação expressiva na produção de aves, ovos, bovinos e na pecuária leiteira.

Apesar da importância dos agricultores familiares na produção de alimentos, a maior parte da área ocupada com estabelecimentos agropecuários no Paraná, que corresponde a 112,03 milhões de hectares (72,2%) não pertence à Agricultura Familiar e cerca de 4,25 milhões de hectares (27,8%) de área pertencem à Agricultura Familiar. A área com menor desconcentração fundiária, segundo o IPARDES, está no Sudoeste, onde cresceu de forma significativa a produção de frango e de leite da Agricultura Familiar.

Entre as mesorregiões paranaenses, o Sudoeste tem a participação significativa das unidades de pequeno porte na área total dos estabelecimentos.

A análise e as tabelas que veremos a seguir fazem parte de um estudo realizado por Sidemar Presotto Nunes, 2008, onde ele observou e procurou identificar e analisar dados do Censo Agropecuário de 1996 e de 2006 (IBGE), onde se desenvolveu uma análise de dados nacionais, regionais do estado do Paraná e no Sudoeste Paranaense.

A tabela nº 3 indica que, de acordo com Contagem Populacional do IBGE, a população rural caiu 14,8% no Brasil, acima da queda das ocupações agrícolas, que foi de 7%. Essa queda ocorreu em todas as regiões brasileiras e também no estado do Paraná. Ou seja, a queda das ocupações agrícolas refletiu em queda na população rural, inclusive em nível mais elevado, indicando que as pessoas que deixaram a atividade agrícola não passaram a se ocupar em atividades não agrícolas no próprio estabelecimento, mas provavelmente migraram para o meio urbano.

Tabela 3- População rural do Brasil, regiões e estados do Paraná em 1996 e 2007

	Ocupações agrícolas			População rural		
	1996	2006	Var. %	1996	2007	Var. %
Brasil	17. 930. 853	16. 414. 728	-8, 46	33. 741. 883	28. 749. 152	-14, 8
Norte	1. 877. 797	1. 663. 346	-11, 42	4. 198. 181	3. 851. 101	-8, 27
Nordeste	8. 210. 809	7. 686. 806	-6, 38	15. 521. 012	14. 054. 331	-9, 45
Sudeste	3. 440. 735	3. 191. 770	-7, 24	7. 111. 750	5. 287. 810	- 25, 65
Sul	3. 383. 311	2. 884. 474	-14, 74	5. 308. 615	4. 119. 630	-22, 4
Centro-oeste	1. 018. 201	988. 332	-2, 93	1. 602. 325	1. 436. 280	-10, 36
Paraná	1. 287.632	1. 097. 438	-14, 77	1. 969. 142	1. 551. 677	-21, 2

Fonte: Contagem Populacional/IBGE (2008). Acesso em 10 de abril de 2008.

OBS: A população rural das cidades com mais de 170 mil habitantes não foram incluídas na Contagem populacional de 2007.

No Sudoeste do Paraná o caso não é diferente, como mostra a tabela nº 04, também houve uma diminuição da população rural na última década.

Como podemos observar nos dados atuais do censo, a região Sul, o Estado do Paraná, bem como a região do Sudoeste se enquadram nos níveis gerais da diminuição da população rural das demais regiões do país. O que devemos ressaltar na região Sudoeste, é o grande incentivo político e a herança de pequenas propriedades que se destaca na agricultura familiar da região. Mas a médio e longo prazo podemos dizer que dependendo das condições ofertadas pode ocorrer sim uma desestruturação da Agricultura Familiar na região, o que seria um malefício para as famílias com pequenas propriedades.

No Paraná, dos 371.051 estabelecimentos existentes, 81,63% se enquadra na categoria agricultura familiar, ocupando 27,8% da área total dos estabelecimentos. Nota-se que o Paraná apresentou percentuais de estabelecimentos próximos ao do Brasil e da Região Sul.

Tabela 4- População total e rural no Sudoeste do Paraná em 1996 e 2007

	Situação do domicílio	Popul. 1996	Popul. 2007	Var. %
Sudoeste do Paraná	Total	466.175	473.929	1,66
	Urbana	251.607	309.344	22,95
	Rural	214.568	164.585	-23,29
Micro Capanema	Total	93.993	92.536	-1,55
	Urbana	41.391	50.902	22,98
	Rural	52.602	41.634	-20,85
Micro Franc. Beltrão	Total	226.448	229.964	1,55
	Urbana	121.113	146.010	20,56
	Rural	105.335	83.954	-20,30
Micro Pato Branco	Total	145.734	151.429	3,91
	Urbana	89.103	112.432	26,18
	Rural	56.631	38.997	-31,14

Fonte: Contagem Populacional/IBGE (2000).

Da ótica da condição de produtor em relação às terras, dos 302,907 estabelecimentos da agricultura familiar, 64,8% encontram-se na condição de proprietários, e 5,7% na condição de arrendatários e 3,1% são assentados sem titulação definitiva.

Observando regionalmente os dados relativos à condição de produtor, nota-se que a mesorregião Sudoeste apresenta o maior percentual de proprietário, na condição de assentados sem titulação definitiva. O maior percentual, 11,8% está no Centro-Sul, e o maior percentual de arrendatários no Centro-Oriental, também 11,8%.

Ao analisar esses resultados é necessário ter presente que esse comportamento está associado a dinâmicas socioeconômicas e processos históricos de ocupação e colonização.

No estado do Paraná, o VBP da agricultura não familiar é relativamente maior quando comparado com o da agricultura familiar, 57,0% e 43,0% respectivamente. Na comparação com o total do Brasil e o agregado da Região Sul, o estado do Paraná apresenta, para a agricultura familiar, melhor resultado comparativamente como do país.

Em relação à participação percentual do UBP da agricultura familiar, a mesorregião Sudoeste apresenta o maior valor percentual, 65,88%, seguido da mesorregião Sudoeste, com 58,25%.

A análise dos dados relativos ao pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no Estado do Paraná, 1.117.084, cerca de 70% encontra-se em estabelecimentos classificados como da agricultura familiar, evidenciando a importância desses estabelecimentos na dinâmica do mercado de trabalho.

Essa dinâmica quando observada regionalmente, mostra a supremacia, em termos absolutos de ocupados não familiares na mesorregião Norte Central, com 90.047 pessoas ocupadas nesse tipo de estabelecimentos (47,5%).

Por sua vez, as mesorregiões Oeste e Sudoeste lideram em termos do número de ocupados na agricultura familiar. Em termos relativos, a mesorregião Sudeste detém o maior percentual de ocupados, 96,6% seguida pela região Sudoeste, com 84,1%. Esses dados foram obtidos através do censo agropecuário de 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a questão da agricultura familiar e as agroindústrias na região do Sudoeste do Paraná mostrou um modelo de agroindústria familiar consolidado no meio rural, voltado para o mercado municipal e regional, onde a sua organização pode se dar individualmente ou em associações. Sendo assim, através da análise dos dados fornecidos pela Emater de Francisco Beltrão, podemos verificar que essas agroindústrias possuem um papel importantíssimo no desenvolvimento da mesorregião do Sudoeste Paranaense e, além disso, essas agroindústrias possibilitam a permanência e a sobrevivência das famílias no campo.

As políticas públicas de incentivo e apoio ao crédito da agricultura familiar são de suma importância para que todo esse processo de implantação das agroindústrias ocorra. Para isso como vimos no decorrer do trabalho, o papel do governo é de implantar e desenvolver imprescindíveis programas que beneficiem o pequeno agricultor.

Um item estudado e que merece ser destacado é que na nossa região a presença marcante da agricultura familiar está relacionada com o histórico de ocupação das terras onde mesmo com o processo de modernização da agricultura, perseveraram e se mantiveram em suas pequenas propriedades.

As lideranças locais e regionais também incentivam a permanência dessas famílias no campo, um exemplo disso é o apoio as organizações que a região Sudoeste possui no ramo da agricultura familiar.

Como podemos perceber através dos dados referentes sobre o Censo Agropecuário 1996/2006, ainda existe uma forte demanda de pessoas que saem do campo e se direcionam ao meio urbano, no Sudoeste Paranaense também ocorre esse processo, mas foi observado que muitas famílias que possuem propriedade no meio rural com agroindústrias, mantêm ao mesmo tempo duas residências no campo e na cidade. Isso se deve à tecnificação e know-how que facilita e agiliza todo o processo de fabricação dos produtos, não necessitando assim que um grande número de pessoas da família fique na propriedade por tempo integral. Outro fator que contribui para isso é a necessidade dos filhos desses agricultores freqüentarem

instituições de ensino na cidade, fazendo com que muitas vezes as famílias se dividam entre as atividades no meio urbano e rural.

Através do estudo verificamos que a agricultura familiar a nível de Brasil está sendo uma alternativa para as regiões no seu desenvolvimento, apesar de ainda não ser um número significativo na ocupação das terras.

Percebemos que nos últimos anos várias instituições de ensino superior vêm se instalando na região sudoeste, e diversos cursos trabalham com projetos de pesquisa na área da agricultura familiar e agroindústrias; podemos citar o curso de Economia Doméstica da Unioeste de Francisco Beltrão, o curso Tecnologia em Alimentos da UTFPR, o curso de Medicina Veterinária da UFFS- Universidade Federal Fronteira Sul do município de Realiza e cursos de pós-graduação também que se direcionam nessa área. Várias parcerias entre as instituições de ensino, Emater, prefeituras são desenvolvidas, sendo assim são viabilizados projetos de apoio e incentivo ao pequeno agricultor mostrando a eles, alternativas e possibilidades que as suas propriedades oferecem.

A médio e longo prazo constatamos que para preservar essa tradição e características da agricultura familiar e agroindústrias na região Sudoeste do Paraná, será preciso sempre apoio das políticas públicas principalmente na questão financeira do crédito ao pequeno agricultor, diminuindo assim a burocracia que na maioria das vezes impossibilita todo o processo. Sem contar na conscientização da população em valorizar e consumir os produtos locais, os quais estão de acordo com as normas e exigências dos selos de qualidade impostos pelo padrão municipal e estadual.

Atualmente um grande passo de incentivo foi dado pelo governo no Paraná, já que 30% da merenda escolar deve ser comprada dos agricultores familiares, analisando assim um grande aumento na produção familiar e nos produtos industrializados sem falar na questão dos registros de qualidade que os mesmos deverão possuir para serem comercializados.

As feiras municipais do Sudoeste do Paraná servem como um marketing para as agroindústrias, pois é o momento em que os produtores podem mostrar seus produtos para a população, e os municípios incentivam e fornecem pavilhões específicos para a agricultura familiar onde são expostos uma infinidade de produtos, como queijo, salame, vinhos, doces etc. Essas feiras acontecem em dois

momentos, semanalmente, geralmente com dias e horários específicos de cada município e as grandes feiras que ocorrem anualmente.

Considerando toda a pesquisa desenvolvida, diríamos que ainda há muito que se estudar sobre a agricultura familiar na mesorregião do sudoeste paranaense, e estas pesquisas com certeza não são contribuições que ficarão apenas restritas ao saber científico, pois todos os estudos nessa área contribuem para o aperfeiçoamento de pessoas que acreditam no meio rural e na permanência e subsistência dessas pessoas, transformando tudo isso em reprodução social e economia da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs; Unicamp: Hucitec, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na Vida Camponesa: o Sudoeste Paranaense**. São Paulo: USP, 1981.
- ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. **Análise diagnóstica da inserção do PRONAF na política agrícola** (Relatório Final), Convênio, PEA/FIPE, 1998.
- ALMEIDA, Moacir, J.C.P. **O desenvolvimento da atividade agrícola e o meio ambiente no Brasil**. Reforma Agrária, Campinas, v. 20, nº 1/3, p.13-22, abr/dez, 1990.
- ASSESSOAR/DESER/IAPAR. **Caracterização e diagnóstico dos sistemas de produção do Sudoeste do Paraná**. Francisco Beltrão, 1994 -102 p.
- BRUMER, A. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Trad. de Maria Naoko Tijiua. Campinas: UNICAMP, 1993, p.179-234. (Coleção repertórios).
- CHALMERS, Alain. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CLAVAL, Paul. **Cultura e Espaço Humanizado**. 1999. p.287-318.
- CONTAG - 7º Congresso nacional dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (1998). **Documento-Base: Rumo a um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável**. Brasília. 30 de mar. a 04 de abr. 1998.
- CORRÊA, Roberto L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1994.
- COSGROVE, D. E.; JACKSON, P. **Novos Rumos da Geografia Cultural**. Corrêa; Rosendarl, 2003, p.134-146.
- CUNHA, LUIZ ALEXANDRE GONÇALVES. Sobre o conceito de região. In: **Revista de História Regional**. 5(2). p. 39-56. Inverno 2000.
- GRAZIANO, J. DA SILVA. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Pesquisa, 1).
- VEIGA, J. E. DA **Agricultura Familiar e Sustentabilidade**. Caxambu. 1996. (Comunicação ao GT processos Sociais Agrários do XX Encontro Nacional da ANPOCS).

VEIGA, José Elida; ABRAMOVAY, Ricardo. **Análise (diagnóstico) da inserção do Pronaf na Política Agrícola – 1 Relatório (de andamento)**. Convênio IPEA/FIPE nº. 07/97, 1997. Disponível em: <www.revistadehistóriaregional.com.br>. Acesso em: 30 nov 2008.

DUTRA, L. H. A. **Introdução à teoria da ciência**. Florianópolis: UFSC, 1998.

FAO-INCRA. **Diretrizes de políticas agrárias e desenvolvimento sustentável**. Versão resumida final do projeto UTF-BRA/ 36. Brasília, 1994.

FERES, João B. **Propriedade de terra: opressão e miséria; o meio rural na história social do Brasil**. Nymegen/ Holanda: CEDLA, 1990.

FULLER, A Brun A. **Social- Economic Aspects of Pluriactivity in Western Europe**. In: Rural Change in Europe. Arkleton Research, Second Reviw Meiting, Waldkinchen, 18-21, September, Germany, p. 147-167, 1988.

FULLER, A Brun A. **Introdução. In. Arkleton Research. Cambio Rural en Europa. Colóquio de Montpellier**. Madrid: Ministério de Agricultura, Pesca Y Alimentacion, 1987.

GOMES, IRIA ZANONI. 1957: **A Revolta dos Posseiros**. 2º ed. Curitiba: Criar, 1987.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de (org.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GRAZIANO NETO, José. **Questão Agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRAZIANO, J. da Silva. “Antecedentes históricos”. In: **Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 31-32.

GUIMARÃES, A. P. As classes perigosas no Brasil. In: **As classes perigosas: banditismo urbano e rural**. Rio de Janeiro: Graal, 1991. p. 123-146

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1995/96**.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Agropecuário. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: mar/abr 2010.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In: **Cadernos de sociologia**, Porto Alegre, v.6, p.51-75. 1994.

LAMARCHE, H. (coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, 1993.

LAMARCHE, H. A agricultura familiar: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. A análise da empresa familiar agrícola ou industrial. In: **Association des Ruralistes Français. Lê monde Rural et lês Sciences Sociales: omission ou fascination.** Tradução de Auro Luiz da Silva. Paris, 1994 a. XIX. Colóquio da Association des Ruralistes Françaises.

LAZIER, H. **Análise Histórica da Posse da Terra do Sudoeste Paranaense.** Curitiba: SECE/BPP, 1986.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no Sudoeste Paranaense.** Francisco Beltrão: Grafit, 1997.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná: Terra** de todas as gentes e de muita história. Francisco Beltrão: Grafit, 2003.

MARCHI, J. F. Lavaroti, N. Zarth, S. J. A. Godoy, J. w. Desenvolvimento socioeconômico das agroindústrias familiares rurais do Sudoeste do Paraná. In: Seminário: Sistemas de Produção Agropecuária, 1., 2007, Dois Vizinhos. **Anais...** Dois Vizinhos: UTFPR, 2007. p. 107-109.

MARTINS, José de Souza. **Ímpares sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil.** Santiago Chile, 2001.

MATTEI, L. A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense. IN: **Idéias & Ações.** Ano II, n.4, abr. 1998.

MONTIBELLER, Filho G. **O mito do desenvolvimento sustentável:** meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: UFSC, 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia pequena história crítica.** São Paulo: 15. ed. Editora Hucitec, 1997.

MORO, Dalton Áureo. A modernização da Agricultura Paranaense. In: VILLALOBOS, Jorge Guerra. **Geografia social e agricultura no Paraná.** UEM, Maringá: 2001. p. 91 . 124.

PINHEIRO, D. A agricultura familiar e suas organizações, o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J.C. (org.). **A agricultura familiar, realidades e perspectivas.** Passo Fundo: EDIUPP, 1999. p. 329- 355.

PRADO JR, C. **A revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. In: **Revista de Ciências Humanas.** EDU FSC. Florianópolis. N.31, abril, 2002. p.133-154.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, Ignácio. **A questão agrária brasileira**. Recife: CDEP, 1962.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: Est. Edições, 2003.

SAYAD, João. **O crédito rural no Brasil: avaliação e alternativas**. São Paulo: Fipe/Livraria Pioneira, 1984.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SERRES, Michel. **Elementos para uma história das ciências I: da babilônia à idade média**. Lisboa: Terramar, 1995.

SERRES, Michel. **Elementos para uma história das ciências II: do fim da idade média a Lavoisier**. Lisboa: Terramar, 1996.

SILVA, J. B. da e GILES, A. **Pronaf Agroindústria, documento referencial**. Brasília: MA/SDR, 1998.

SILVA, Márcia da. **Análise política do território: poder e desenvolvimento no Centro-Sul do Paraná**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2007.

SILVA, Márcia da. **Ensaio Teórico: Estado e poderes locais no Brasil**. Biblioteca 3w (Barcelona), 2008. (no prelo).

SILVESTRO, M. L. **Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do oeste catarinense**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. 349 p. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, M. M. O. **Programas de crédito rural orientado e o desenvolvimento da agricultura familiar no meio rural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. 1999, 59 f. Monografia.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SUDOESTE PARANAENSE: ESPECIFICIDADES E DIVERSIDADES. IPARDES, 2008.

TESTA, Vilson Marcos; NADAL, Raul de; MIOR, Luiz Carlos et al. **O Desenvolvimento Sustentável do Oeste Catarinense** (Proposta para Discussão). Florianópolis, 1996.

TOMIASI, Eliane. A questão da propriedade de terra no Brasil. **Revista Formação: Uma nova extensão para a agricultura familiar.** In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF: Anais..., 1997. p. 29 (Texto para discussão).

VERONESE, Claudino D. **O papel pedagógico da Assessorar no apoio à estruturação da cidadania dos ex-posseiros do Sudoeste do Paraná.** 1998, 244. p Dissertação (mestrado em Educação) Universidade de Ijuí, UNIJUÍ/RS, 1998.

VIEIRA, Luis Fernando. Agricultura e agroindústria familiar. In: **Revista de Política Agrícola.** Ano VII, nº 01, 1998, p. 11-23.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste:** ocupação e colonização. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WILKINSON, J. **Novos conhecimentos e capacidades para inserção econômica da agricultura familiar.** Brasília, 2001.

ANEXOS



Figura 2 – Diversidade de produtos

Fonte: Organizadores: MARCHI, J. F. Lavaroti, N. Zarth, S. J. A. Godoy, J. W. 2007



Figura 3 – Mini queijaria: queijo orgânico (Marca Natuvida - Francisco Beltrão)

Fonte: Organizadores: MARCHI, J. F. Lavaroti, N. Zarth, S. J. A. Godoy, J. W. 2007



Figura 4 – Míni laticínio: envase leite pasteurizado

Fonte: Organizadores: MARCHI, J. F. Lavaroti, N. Zarth, S. j. A. Godoy, J. W. 2007.



Figura 5 - Agroindústria da Cana-de-Açúcar: açúcar mascavo e derivados (Capanema)

Fonte: Organizadores: MARCHI, J. F. Lavaroti, N. Zarth, S. J. A. Godoy, J. W. 2007



Figura 6 – Embutidos e defumados de suínos (Nova Prata do Iguaçu)

Fonte: Organizadores: MARCHI, J. F. Lavaroti, N. Zarth, S. J. A. Godoy, J. W. 2007



Figura 7 – Laticínios

Fonte: Organizadores: MARCHI, J. F. Lavaroti, N. Zarth, S. J. A. Godoy, J. W. 2007